



Arraial do Cabo, Segunda-feira, 31 de Janeiro de 2022 - Edição: **502** -

Sumário

PODER EXECUTIVO	1
LEIS	1
PORTARIAS	31

Arraial do Cabo, Segunda-feira, 31 de Janeiro de 2022 - Edição: **502** - 32

PODER EXECUTIVO

LEIS

LEI Nº 2.388 DE 31 DE JANEIRO DE 2022.

DISPÕE SOBRE A REESTRUTURAÇÃO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE ARRAIAL DO CABO, faço saber que a Câmara Municipal aprovou, e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º - Esta Lei estabelece a Reestruturação Organizacional da Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 2º - Os artigos 2º e 3º da Lei Municipal nº 2.276 de 26 de janeiro de 2021, passa a vigorar da seguinte forma:

“**Artigo 2º**– Compete a Secretaria Municipal de Saúde:

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE (SMS)
Secretário Municipal de Saúde
- Planejar, desenvolver, orientar, coordenar e executar a política de saúde do município, compreendendo tanto o cuidado ambulatorial, quanto o hospitalar; Planejar, desenvolver e executar as ações de vigilância sanitária e epidemiológica afetas à sua competência; Coordenar e acompanhar os cumprimentos das metas de governo relacionados à sua secretaria.
Subsecretário de Saúde
- Auxiliar na elaboração das diretrizes da Secretaria Municipal de Saúde; Orientar e acompanhar o desenvolvimento das ações de saúde; Assessorar o Secretário Municipal, assumindo interinamente a Secretaria, mediante delegação, nos casos de ausência de seu titular.
Diretor Administrativo HGAC
- Gerir o Hospital Geral de Arraial do Cabo; Acompanhar a execução de contratos e serviços relacionados ao HGAC; Delegar função e monitorar os servidores e terceirizados; Implantar e desenvolver ações e medidas de administrativas objetivando a melhoria do serviço prestado no HGAC.
Diretor Financeiro da Secretaria de Saúde
- Executar o planejamento financeiro, relatórios, conformidades fiscais e investimentos; Supervisionar as atividades e operações financeiras; Planejar, analisar e acompanhar as execuções orçamentárias; Controlar os recursos financeiros, desde a organização e o planejamento dos gastos, até o balanço de receitas e despesas; - Executar outras atribuições afins.

Direção de Faturamento da Secretaria de Saúde

- Analisar e Supervisionar o faturamento e produtividade da Secretaria de Saúde;
Analisar e Supervisionar a cobrança correta conforme contrato e prontuário;
Atuar como gestão e administração do faturamento e cobrança;
Fazer conferência de contas e valores;
- Receber e preparar documentos para análise cadastral e liberação de crédito, a fim de gerar faturamento e o recebimento de recursos.

Direção da Atenção Básica em Saúde

- Garantir o planejamento em saúde, a gestão e organização do processo de trabalho, a coordenação do cuidado e das ações no território e a integração da Unidade de Saúde da Família (USF) com outros serviços da rede de atenção no município.

Direção de Engenharia

- Planejar, organizar, dirigir e controlar os projetos de engenharia relacionados à Secretaria de Saúde, para construção e manutenção de obras de edificações, definindo sistemas e programas de atuação.
Realizar gestão baseada em resultados, coordenando equipes.
Coordenar os processos de normatização, racionalização e avaliação de custo e benefício dos programas e processos de engenharia.

Direção de Planejamento de Saúde

- Incorporar o núcleo de coordenações estratégicas de gestão, planejamento e controle em conjunto com as diretorias financeira, contábil e as coordenações de compras e o núcleo de educação permanente;
Acompanhar captações de recursos;
Responder pela área de análise da situação de saúde, garantindo a produção de informações consistentes, diagnósticas e propositivas, que devem fundamentar os processos de planejamento e gestão do SUS, bem como as estratégias norteadoras da Política de Saúde;
Identificar e coordenar o processo de planejamento estratégico de ações e serviços de saúde;
Executar avaliação sistemática das ações e das políticas implantadas da Secretaria Municipal de Saúde, monitorando a execução do Plano Municipal de Saúde;
- Coordenar a comissão de acompanhamento e avaliação do planejamento descentralizado na Secretaria Municipal de Saúde.

Direção de Recursos Humanos da Secretaria de Saúde

- Planejar, organizar, dirigir e controlar ações relacionadas à gestão dos recursos humanos da Secretaria de Saúde;
Implantar e desenvolver programas de treinamento e desenvolvimento de pessoal;
Realizar outras atividades afins.

Chefe do Setor de Remuneração e Benefícios da Secretaria de Saúde



Arraial do Cabo, Segunda-feira, 31 de Janeiro de 2022 - Edição: 502 - 32

<ul style="list-style-type: none">- Planejar, organizar, dirigir e controlar a folha de pagamento da Secretaria de Saúde;- Acompanhar o pagamento de benefícios aos servidores da Secretaria de Saúde;- Realizar outras atividades afins.
Chefe do Setor de Contabilidade da Secretaria de Saúde
<ul style="list-style-type: none">- Auxiliar no planejamento contábil, relatórios, conformidades fiscais;- Realizar as atividades e operações financeiras;- Analisar e acompanhar lançamentos contábeis;- Auxiliar na gestão contábil, desde a organização e o planejamento dos gastos, até o balanço de receitas e despesas;- Executar outras atribuições afins.
Chefe do Setor de Tesouraria da Secretaria de Saúde
<ul style="list-style-type: none">- Realizar as movimentações financeiras em conjunto com o ordenador de despesas;- Auxiliar no registro, relatórios, conformidades bancárias e contábeis;- Analisar e acompanhar lançamentos contábeis e financeiros;- Executar outras atribuições afins.
Chefe do Núcleo Interno de Regulação do HGAC
<ul style="list-style-type: none">- Gerenciar a equipe da Central de Regulação do HGAC;- Compartilhar informações com a central reguladora;- Delimitar o perfil de complexidade dos atendimentos no SUS;- Criar protocolos e buscar apoio na Rede de Atenção à Saúde (RAS) conforme pactuações;- Executar outras atribuições afins.

Chefe da Central de Atendimento ao Paciente do HGAC
<ul style="list-style-type: none">- Gerenciar a equipe da Central de Atendimento ao Paciente do HGAC, composta pelos serviços de recepção e maqueiros;- Coordenar, planejar e criar os procedimentos de atendimento aos pacientes do HGAC;- Executar outras atribuições afins.
Chefe Administrativo da Policlínica Municipal
<ul style="list-style-type: none">- Gerir o pessoal administrativo da Policlínica Municipal;- Planejar e acompanhar as atividades administrativas na Policlínica Municipal;- Dar suporte à equipe de profissionais e orientar a equipe no que for necessário;- Executar outras atividades afins.
Chefe de Enfermagem da Policlínica Municipal

<ul style="list-style-type: none">- Gerir a equipe de enfermagem da Policlínica Municipal;- Planejar e acompanhar assistência de enfermagem na Policlínica Municipal;- Acompanhar e auxiliar na assistência aos pacientes de maior complexidade e gravidade;- Dar suporte à equipe de profissionais e orientar a equipe no que for necessário;- Executar outras atividades afins.
Direção Operacional do HGAC
<ul style="list-style-type: none">- Gerir a equipe de serviços de suporte do Hospital Geral de Arraial do Cabo;- Planejar, analisar e executar atividades meio para a prestação dos serviços de saúde do HGAC;- Acompanhar a execução das atividades de apoio aos serviços de saúde;- Executar outras atividades afins.
Assessor Jurídico da Secretaria de Saúde
<ul style="list-style-type: none">- Receber ordens judiciais;- Receber notificações dos órgãos de controle e de representação;- Responder, em conjunto com o setor técnico responsável, as notificações, ofícios e outros documentos que requeiram análise jurídica;- Gerenciar os prazos para cumprimentos de ordens judiciais e resposta de notificações;- Planejar e sugerir medidas que reduzam a judicialização nos serviços de saúde;- Executar outras atividades afins.
Chefe do Setor de Compras da Secretaria de Saúde
<ul style="list-style-type: none">- Gerir a equipe de compras da Secretaria de Saúde;- Auxiliar no Planejamento de compras e contratações necessárias para a prestação dos serviços de saúde;- Acompanhar os prazos dos contratos e aditamentos;- Elaborar termos de referência;- Executar outras atividades afins.
Chefe do Setor de Patrimônio da Secretaria de Saúde
<ul style="list-style-type: none">- Gerir a equipe do setor de Patrimônio;- Controlar e manter os registros de movimentação patrimonial;- Dar entrada no sistema da gestão pública dos bens adquiridos através de processos;- Dirigir, supervisionar e orientar a execução das atividades administrativas de patrimônio;- Realizar o inventário anual;- Realizar o cadastramento e tombamento dos bens patrimoniais, bem como manter controle da distribuição;- Executar outras atividades inerentes à sua área de competência.
Chefe do Setor de Almoxarifado da Secretaria de Saúde



Arraial do Cabo, Segunda-feira, 31 de Janeiro de 2022 - Edição: 502 - 32

<ul style="list-style-type: none">- Controlar e manter os registros de entrada e saída dos materiais; Dar entrada dos materiais adquiridos no sistema da gestão pública através de processos;Dirigir, supervisionar e orientar a execução das atividades administrativas de materiais de consumo;Realizar o balanço mensal;Organizar o almoxarifado de forma a garantir o armazenamento adequado e a segurança dos materiais em estoque;Executar outras atividades inerentes à sua área de competência.
Chefe do Pronto Socorro Avançado de Figueira
<ul style="list-style-type: none">- Gerir, com apoio da Direção do HGAC, o Pronto Socorro Avançado de Figueira;Planejar, analisar e acompanhar a execução das atividades no Pronto Socorro Avançado de Figueira;Delegar função e monitorar os servidores e terceirizados;Implantar e desenvolver ações e medidas de administrativas objetivando a melhoria do serviço prestado no Pronto Socorro Avançado de Figueira.
Chefe de Supervisão das Unidades de Estratégia de Saúde da Família
<ul style="list-style-type: none">- Planejar e acompanhar assistência prestada nas Unidades de ESF;Auxiliar na assistência aos pacientes de maior complexidade e gravidade;Dar suporte à equipe de profissionais e orientar a equipe no que for necessário;- Executar outras atividades afins.
Chefe do Centro de Especialidades Odontológicas
<ul style="list-style-type: none">- Gerir a equipe de profissionais do CEO;Realizar ações de prevenção de saúde bucal para as famílias e indivíduos mediante planejamento local e protocolos de atenção à saúde;Acompanhar, apoiar e desenvolver atividades referentes à saúde bucal com os demais funcionários da equipe, buscando aprimorar e integrar ações de saúde de forma disciplinar;- Promover promoção, prevenção, assistência e reabilitação individual e coletiva a todas as famílias segundo programação e de acordo com suas competências técnicas e legais.Executar outras atividades afins.
Chefe dos Programas da Atenção Básica em Saúde
<ul style="list-style-type: none">- Coordenar as ações dos programas de atenção básica em saúde;Acompanhar, apoiar e desenvolver atividades de integração de ações nos programas de atenção básica em saúde, para as famílias e indivíduos mediante planejamento local;Identificar os recursos disponível para custeio e efetiva aplicação nos programas de atenção básica em saúde.Executar outras atividades afins.
Chefe do Programa Melhor em Casa

<ul style="list-style-type: none">- Gerir e organizar as ações da equipe do Programa Melhor em Casa; Planejar e acompanhar as atividades com intuito de garantir o atendimento das diretrizes do projeto;Auxiliar na assistência aos pacientes de maior complexidade e gravidade;Dar suporte à equipe de profissionais e orientar a equipe no que for necessário;Fortalecer os atendimentos na saúde pública e reforçar o enfoque da humanização no SUS;- Executar outras atividades afins.
Chefe do Programa de Saúde Bucal
<ul style="list-style-type: none">- Planejar, organizar e executar atividades de higiene bucal em conjunto com as unidades e Estratégia de Saúde da Família;Implementar ações que objetivem inibir fatores que cooperam para aumentar a demanda das doenças bucais;- Promover, implantar, supervisionar e avaliar uma política de promoção da saúde que prioriza de forma universal, igualitária, à atenção a saúde bucal.
Chefe do Programa de Saúde Mental
<ul style="list-style-type: none">- Organizar assistências às pessoas com necessidades de tratamento e cuidados específicos em saúde mental;Favorecer a inserção social dos usuários, através de ações participativas e integradas no município;Permitir acesso a tratamento respeitoso e não invasivo;Oferecer assistência Psicossocial aos usuários de convivência e seus familiares;- Oferecer atividades em oficinas terapêuticas com orientações da Equipe de Saúde Mental;Executar outras atividades afins.
Chefe do Centro de Atenção Psicossocial
<ul style="list-style-type: none">- Supervisionar serviços de caráter aberto e comunitário constituído por equipe multiprofissional e que atua sobre a ótica interdisciplinar e realiza prioritariamente atendimentos às pessoas com sofrimento ou transtorno mental, com necessidades decorrentes ao uso de álcool e de outras drogas, seja em situações de crise ou reabilitação psicossocial;- Oferecer a realização de acompanhamento clínico, e a reinserção social dos usuários pelo acesso ao trabalho, lazer, exercício dos direitos civis e fortalecimento dos laços familiares e comunitários.Executar outras atividades afins.
Chefe da Farmácia Judicial da Secretaria de Saúde
<ul style="list-style-type: none">- Planejar e executar a aquisição e distribuição dos medicamentos em atendimento à decisões judiciais e processos administrativos;Coordenar e orientar treinamentos com os funcionários para melhor atendimento à população;Prestar contas às medicações fornecidas;Analisar e registrar os pedidos de medicação, controle de estoque e validade dos mesmos;Implantar protocolos para melhor funcionamento do município;Executar outras atividades afins.
Chefe da Farmácia Atenção Básica da Secretaria de Saúde



Arraial do Cabo, Segunda-feira, 31 de Janeiro de 2022 - Edição: 502 - 32

<ul style="list-style-type: none">- Planejar e executar a aquisição e distribuição dos medicamentos em atendimento da grade básica;Coordenar e orientar treinamentos com os funcionários para melhor atendimento à população;Prestar contas às medicações fornecidas;Analisar e registrar os pedidos de medicação, controle de estoque e validade dos mesmos;Implantar protocolos para melhor funcionamento do município;Executar outras atividades afins.
Chefe do Setor de Farmácia HGAC
<ul style="list-style-type: none">- Orientar tecnicamente todas as áreas que compõem o setor de farmácia;Manter o controle de estoque, armazenagem e distribuição de medicamentos;Gerenciar o controle de insumos, a produção e produtos farmacêuticos;Gerenciar atividades farmacêuticas, farmácia clínica, dispensação de medicamentos, atenção e gestão de serviço de saúde;Disponibilizar medicamentos;- Executar outras atribuições afins.
Direção da Vigilância em Saúde
<ul style="list-style-type: none">- Planejar, organizar e acompanhar as ações dos programas ligados à vigilância em saúde municipal;Identificar e avaliar um conjunto de ações que propiciam o conhecimento e a detecção de mudança de fatores determinantes no meio ambiente que interferem na saúde da população;Identificar as medidas de prevenção e controle dos fatores de riscos ambientais relacionados às doenças ou a outros agravos à saúde;- Atuar nas áreas de aprovação para edificações de interesse à saúde, controle da qualidade da água, doenças ocupacionais, entre outras;Realizar outras atividades afins.
Assessor Especial I
<ul style="list-style-type: none">- Prestar suporte administrativo às Direções Técnicas e ao Secretário de Saúde;Organizar processos de trabalho;Elaborar e arquivar documentos;Receber e enviar os processos encaminhados pelas diversas secretarias, cuidando de sua tramitação interna;Organizar, supervisionar e executar atividades administrativas vinculadas à sua Diretoria.- Executar, em geral, as demais tarefas relacionadas com suas finalidades ou que lhe forem atribuídas pela chefia imediata.
Chefe do Setor de Patrimônio do HGAC

<ul style="list-style-type: none">- Gerir a equipe do setor de Patrimônio do HGAC;Controlar e manter os registros de movimentação patrimonial do HGAC;Dar entrada no sistema da gestão pública dos bens adquiridos através de processos;Dirigir, supervisionar e orientar a execução das atividades administrativas de patrimônio;Realizar o inventário anual;Realizar o cadastramento e tombamento dos bens patrimoniais, bem como manter controle da distribuição;- Executar outras atividades inerentes à sua área de competência.
Chefe do Setor de Almoarifado do HGAC
<ul style="list-style-type: none">- Controlar e manter os registros de entrada e saída dos materiais do HGAC;Dar entrada dos materiais adquiridos no sistema da gestão pública através de processos;Dirigir, supervisionar e orientar a execução das atividades administrativas de materiais de consumo;Realizar o balanço mensal;Organizar o almoxarifado de forma a garantir o armazenamento adequado e a segurança dos materiais em estoque;- Executar outras atividades inerentes à sua área de competência.
Chefe do Programa de Imunização
<ul style="list-style-type: none">- Coordenar atividades de vacinação, que tem como objetivo erradicar, eliminar e controlar as doenças que são prevenidas com o uso de vacinas;Coordenar e controlar os locais fixos de vacinação, localizado nos postos de saúde, pronto atendimento e hospital;Atuar nas campanhas de vacinação, vacinação de bloqueio na vigência de surtos e epidemias, bem como a vacinação de rotina;- Controlar as distribuições das vacinas, seringas e agulhas nos postos de vacinação.
Chefe do Programa de Vigilância em Saúde Ambiental
<ul style="list-style-type: none">- Identificar e avaliar um conjunto de ações que propiciam o conhecimento e a detecção de mudança de fatores determinantes no meio ambiente que interferem na saúde da população;Identificar as medidas de prevenção e controle dos fatores de riscos ambientais relacionados às doenças ou a outros agravos à saúde;- Atuar nas áreas de aprovação para edificações de interesse à saúde, controle da qualidade da água, doenças ocupacionais, entre outras.
Chefe do Programa de Vigilância Epidemiológica
<ul style="list-style-type: none">- Identificar ações que proporcionam o conhecimento, a detecção, ou a prevenção de qualquer mudança nos fatores determinantes de saúde individual ou coletiva, com a finalidade de adotar as medidas de prevenção e controle das doenças ou agravos;Executar a investigação epidemiológica de casos e surtos;- Desempenhar outras atividades afins.
Chefe do Programa de Vigilância Sanitária

Arraial do Cabo, Segunda-feira, 31 de Janeiro de 2022 - Edição: 502 - 32

<ul style="list-style-type: none"> - Fiscalizar a classificação dos produtos segundo o critério de risco epidemiológico; Realizar levantamento de produtos alimentares disponíveis e de maior consumo, bem como o comportamento das doenças veiculadas por alimentos, condições sanitárias e o perfil de contaminação dos alimentos; Acompanhar e realizar a coleta de amostras de produtos de interesse, com fins de análise fiscal, surto e controle de rotina; - Executar outras atribuições afins.
<p>Chefe do Programa PAISMCA</p>
<ul style="list-style-type: none"> - Implantar ações de saúde que contribuam para a garantia dos direitos humanos das mulheres e reduzam a morbimortalidade por causas preveníveis e evitáveis; Incluir ações educativas e preventivas à assistência; Criar ações para o atendimento à saúde da criança com ênfase aquelas com riscos; Utilizar o acompanhamento do crescimento e desenvolvimento como metodologia para organização da assistência à criança; Promover o aleitamento materno e orientar a alimentação no primeiro ano de vida; Identificar precocemente os processos patológicos, favorecendo o diagnóstico e tratamento oportunos; Acompanhar o crescimento e desenvolvimento do adolescente; Acompanhar a saúde bucal, mental, saúde reprodutiva e saúde do escolar adolescente; - Acompanhar no trabalho, cultura, esporte e lazer.
<p>Assessor Especial II</p>
<ul style="list-style-type: none"> - Prestar suporte administrativo às Direções de Departamento; Organizar processos de trabalho; Elaborar e arquivar documentos; Receber e enviar os processos encaminhados pelas diversas secretarias, cuidando de sua tramitação interna; Organizar, supervisionar e executar atividades administrativas vinculadas à sua Diretoria. - Executar, em geral, as demais tarefas relacionadas com suas finalidades ou que lhe forem atribuídas pela chefia imediata.
<p>Chefe do Ambulatório de Saúde Mental</p>
<ul style="list-style-type: none"> - Atuar em casos de menor complexidade, que não ofereçam risco imediato à vida do paciente; Organizar e gerir a equipe multidisciplinar envolvida nos atendimentos; Oferecer a realização de acompanhamento clínico, e a reinserção social dos usuários pelo acesso ao trabalho, lazer, exercício dos direitos civis e fortalecimento dos laços familiares e comunitários; Realizar outras atividades afins.
<p>Assessor Especial III</p>

<ul style="list-style-type: none"> - Prestar suporte administrativo às Coordenações e Chefes de Departamento; Organizar processos de trabalho; Elaborar e arquivar documentos; Receber e enviar os processos encaminhados pelas diversas secretarias, cuidando de sua tramitação interna; Organizar, supervisionar e executar atividades administrativas vinculadas à sua Diretoria. - Executar, em geral, as demais tarefas relacionadas com suas finalidades ou que lhe forem atribuídas pela chefia imediata.
<p>Chefe de Supervisão das Unidades de ESF</p>
<ul style="list-style-type: none"> - Supervisionar as atividades realizadas pelos Agentes de Saúde nas Unidades de Saúde da Família; Acompanhar o lançamento da produtividade nas plataformas governamentais, estabelecendo indicadores e metas para as equipes; Acompanhar o cumprimento dos indicadores e metas estabelecidos; - Executar outras atribuições afins.
<p>Chefe da Área Técnica de Alimentação Nutrição</p>
<ul style="list-style-type: none"> - Planejar e organizar ações de atenção e cuidado nutricional à saúde; Qualificar e articular o trabalho para a segurança alimentar e nutricional; Promover promoção de alimentação saudável; Executar, planejar, monitorar e avaliar programas e ações de Alimentação e Nutrição no SUS; Participação e controle social; Prevenção e controle dos distúrbios nutricionais; - Desempenhar outras atividades afins.
<p>Chefe de Departamento de Radiografia do HGAC</p>
<ul style="list-style-type: none"> - Operar e preparar equipamentos radiográficos para diversos procedimentos; Avaliar a imagem registrada durante o exame, através do resultado, conseguir diagnosticar corretamente uma doença, ou avaliar os efeitos de um tratamento; - Analisar os princípios de proteção radiológica e reações adversas.
<p>Chefe de Departamento de Faturamento do HGAC</p>
<ul style="list-style-type: none"> - Analisar o faturamento de contas médicas e hospitalares; Emitir notas fiscais; Analisar a cobrança correta conforme contrato e prontuário; Atuar como gestão e administração do faturamento e cobrança; Fazer conferência de contas e valores; - Receber e preparar documentos para análise cadastral e liberação de crédito, a fim de gerar faturamento.
<p>Chefe do Setor de Transporte para Tratamento Fora de Domicílio</p>



Arraial do Cabo, Segunda-feira, 31 de Janeiro de 2022 - Edição: 502 - 32

<ul style="list-style-type: none">- Organizar o serviço de transporte às pessoas com necessidades de tratamento e cuidados específicos fora do município de Arraial do Cabo, conforme previsto nas pactuações;Organizar a escala de motoristas para a prestação do serviço de transporte TFD;Manter o registro das viagens realizadas e acompanhamento de abastecimentos dos veículos;Realizar a prestação de contas anual;- Realizar outras atividades relacionadas.
Chefe do Setor de Transporte do HGAC
<ul style="list-style-type: none">- Organizar o serviço de transporte aos pacientes do HGAC;Organizar a escala de motoristas para a prestação do serviço de transporte do HGAC;Manter o registro das viagens realizadas e acompanhamento de abastecimentos dos veículos;Realizar a prestação de contas anual;- Realizar outras atividades relacionadas.
Chefe de Controle de Acesso
<ul style="list-style-type: none">- Controlar todo o movimento de pessoas em todo perímetro de acesso;Zelar pela qualidade dos serviços prestados;Realizar a segurança em busca da prevenção e integridade da infraestrutura;- Executar outras atribuições afins.
Chefe de Departamento de Manutenção do HGAC
<ul style="list-style-type: none">- Programar os serviços de manutenções, instalações para manutenção preventiva e corretiva;Supervisionar na execução de reparos, montagens, adaptações e modificações necessárias;- Selecionar e contratar serviços, para consertos em equipamentos, mediante avaliação necessária.
Chefe de Departamento de Tratamento Fora do Domicílio
<ul style="list-style-type: none">- Encaminhar o paciente que necessite de atendimentos médicos especializados de média e alta complexidade não disponíveis no município, conforme pactuações;Agendar consultas, marcação de exames, tratamentos ambulatoriais, hospitalar e cirúrgico previamente agendados que não estejam disponíveis no Município;Assegurar aos cidadãos a saúde por meio de políticas sociais que visem à redução do risco de doença, possibilitando o acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e sua recuperação.
Chefe de Divisão de Marcação de Exame HGAC

- Prestar atendimento e suporte, direcionando o paciente nas consultas com médico especialista de acordo com sua necessidade;
- Marcar exames;
- Passar informações e autorizar guias de atendimento;
- Gerenciar cadastros;
- Acompanhar agendamentos;
- Confirmar consultas;
- Executar outras atribuições afins.

Chefe de Ouvidoria da Secretaria de Saúde

- Acompanhar as reclamações relatadas pelos cidadãos, em busca de solucionar a melhoria no processo, sugerindo mudanças;
- Organizar, dirigir e coordenar o funcionamento administrativo da ouvidoria;
- Informar aos interessados as providências adotadas;
- Redigir e preparar correspondências;
- Registrar todas as solicitações encaminhadas a Ouvidoria e as respostas oferecidas aos usuários;
- Executar outros atos e atividades afins.

Chefe do Programa de Saúde na Escola

- Visa à integração e articulação permanente da educação e da saúde, proporcionando melhoria da qualidade de vida;
- Contribuir para a formação integral dos estudantes por meio de ações de prevenção, e atenção à saúde, com vista ao enfrentamento da vulnerabilidade que comprometem o pleno desenvolvimento de crianças e jovens do município;
- Promover a articulação de saberes, a participação de estudantes, pais, comunidade escolar e social em geral na construção e controle social.

Chefe do Programa de Combate ao Tabagismo

- Reduzir a prevalência de fumantes e a consequente morbimortalidade relacionada ao consumo de derivados do tabaco;
- Criar ações educativas, de comunicação, de atenção à saúde para prevenir a iniciação do tabagismo;
- Proteger a população da exposição à fumaça ambiental do tabaco, para reduzir o dano individual, social e ambiental dos produtos derivados do tabaco.

Chefe do Programa de Fisioterapia (APS)

- Realizar ações de prevenção, proteção, recuperação, habilitação e do paciente, utilizando protocolos e procedimentos específicos de fisioterapia;
- Orientar e preparar os pacientes em casos cirúrgicos e, posteriormente, na sua reabilitação;
- Realizar testes musculares, articulares e funcionais, dentro de seu âmbito de ação;
- Executar outras atribuições afins.

Chefe do Programa IST/AIDS/HAS/TB



Arraial do Cabo, Segunda-feira, 31 de Janeiro de 2022 - Edição: 502 - 32

<p>- Ampliar o cuidado para o maior controle e prevenção das transmissões dessas doenças; Articular ações destinadas à promoção, prevenção e recuperação da saúde; Promover a formação integral do cidadão, o direito à saúde, priorizando as ações preventivas, democratizando as informações relevantes para que possam conhecer seus direitos cuidar de si e dos outros; - Articular elementos inovadores, projetos e iniciativas de educação em sexualidade e prevenção desenvolvidas nas escolas e nos serviços de Atenção Básica de Saúde.</p>
Chefe do Programa de Combate à Hipertensão e Diabetes
<p>- Implementar ações de prevenção e assistência à população carcerária portadora de hipertensão e diabetes; Promover tratamento clínico; Realizar o cadastro dos portadores a fim de permitir o acesso rápido às informações do tratamento clínico e medicamentoso, facilitando o encaminhamento aos diversos setores envolvidos no atendimento, ambulatorial, hospitalar, farmácia e serviço social.</p>
Chefe do Programa de Saúde do Idoso
<p>- Monitorar a avaliação funcional dos idosos; Gerenciar o cuidado através da equipe multidisciplinar por meio de protocolos e diretrizes fundamentadas pelo programa à saúde do idoso; - Planejar a realização de ações preventivas, curativas ou reabilitadoras em sua área de abrangência, articulando os níveis de atenção à saúde com vistas ao cuidado integral longitudinal.</p>
Chefe do Programa de Educação Permanente em Saúde
<p>- Identificar os problemas e necessidades emanadas do processo de trabalho em saúde e incorporar o ensino, a atenção à saúde, a gestão do sistema e a participação e controle social no cotidiano do trabalho com vistas à produção de mudanças nesse contexto; Contribuir para a necessária transformação dos processos formativos, das práticas pedagógicas e das práticas de condução do sistema e dos serviços de saúde; Constituir um trabalho articulado entre o sistema de saúde, em suas esferas de gestão, com vistas à construção de uma saúde que diga respeito aos seus usuários.</p>
Chefe do Programa de Práticas Integrativas Complementares
<p>- Incorporar e implementar as Práticas Integrativas e complementares no SUS, na perspectiva da prevenção de agravos e da promoção e recuperação da saúde, com ênfase na atenção básica, voltada ao cuidado continuado, humanizado e integral em saúde; Promover a racionalização das ações de saúde, estimulando alternativas inovadoras e socialmente contributivas ao desenvolvimento sustentável; - Estimular as ações referentes ao controle/participação social, promovendo o envolvimento responsável e continuado dos usuários, gestores e trabalhadores nas diferentes instâncias de efetivação das políticas de saúde.</p>
Chefe do Programa Bolsa Família – Acompanhamento em Saúde

<p>- Identificar a população atendida pelo Programa Bolsa Família com perfil saúde do município; Fornecer acompanhamento pela equipe de saúde a cada vigência; Identificar os beneficiários através do Sistema Bolsa Família na Saúde, inserir informações de acompanhamento e monitorar as ações e condicionalidades de saúde; Promover acesso aos direitos sociais básicos e romper com o ciclo da pobreza; Acompanhar famílias em situação de pobreza, que podem ter maior dificuldade de acesso e de frequência aos serviços de saúde; Garantir ofertas das ações básicas, e potencializar a melhoria da qualidade de vida da população mais vulnerável contribuindo para a sua inclusão social.</p>
Chefe do Programa de Saúde do Trabalhador
<p>- Acompanhar a preservação da saúde dos trabalhadores, como uma visão de prevenção, curativa, reabilitação de função e a readaptação profissional; Promover a melhoria de condições de trabalho, minimizando as consequências prejudiciais e contribuir na formação de uma sociedade que promove a saúde preventiva através dos espaços de trabalho; Reduzir acidentes e doenças relacionadas ao trabalho, através de ações de promoção, reabilitação e vigilância na área da saúde.</p>
Chefe de Posto de Saúde
<p>- Coordenar e chefiar todos os trabalhos inerentes ao Posto de Saúde; Coordenar ações de controle e fiscalização de saúde no âmbito de atendimento do Posto; Dirigir o trabalho de todos os servidores, médicos, enfermeiros e agentes; Prestar assessoramento e informações ao Secretário de Saúde em assuntos inerentes ao Posto de Saúde; - Executar outras atribuições afins.</p>
Chefe Administrativo do Centro de Especialidades Odontológicas
<p>- Gerir o pessoal administrativo do CEO; Planejar e acompanhar as atividades administrativas no CEO; Dar suporte à equipe de profissionais e orientar a equipe no que for necessário; Executar outras atividades afins.</p>
Chefe de Controle de Acesso
<p>- Controlar todo o movimento de pessoas em todo perímetro de acesso; Zelar pela qualidade dos serviços prestados; Realizar a segurança em busca da prevenção e integridade da infraestrutura; - Executar outras atribuições afins.</p>
Assessor Especial IV



Arraial do Cabo, Segunda-feira, 31 de Janeiro de 2022 - Edição: 502 - 32

<ul style="list-style-type: none"> - Prestar suporte administrativo de média complexidade; Organizar processos de trabalho; Elaborar e arquivar documentos; Receber e enviar os processos encaminhados pelas diversas secretarias, cuidando de sua tramitação interna; Organizar, supervisionar e executar atividades administrativas vinculadas à sua Diretoria. - Executar, em geral, as demais tarefas relacionadas com suas finalidades ou que lhe forem atribuídas pela chefia imediata.
Assessor Especial V
<ul style="list-style-type: none"> - Prestar suporte administrativo de baixa complexidade; Organizar processos de trabalho; Elaborar e arquivar documentos; Receber e enviar os processos encaminhados pelas diversas secretarias, cuidando de sua tramitação interna; Organizar, supervisionar e executar atividades administrativas vinculadas à sua Diretoria. Executar, em geral, as demais tarefas relacionadas com suas finalidades ou que lhe forem atribuídas pela chefia imediata.
Chefe de Divisão de Tecnologia da Informação
<ul style="list-style-type: none"> - Atuar no planejamento estratégico e operacional da Secretaria, com vistas a subsidiar a definição das prioridades de gestão de tecnologia da informação; Coordenar o desenvolvimento e a implantação dos sistemas de informação institucionais, bem como realizar a manutenção; Gerenciar os recursos de tecnologia da informação; Propor políticas e diretrizes na área de tecnologia da informação; Responsabilizar-se pela gestão e manutenção da política de segurança da informação; Supervisionar a implementação das políticas na área de tecnologia da informação; Zelar pela garantia da manutenção dos equipamentos e sistemas de informática da Secretaria; Desempenhar outras atividades afins.
Chefe de Divisão da Imobilização HGAC
<ul style="list-style-type: none"> - Efetuar assepsia do local a ser imobilizado; Analisar o tipo de imobilização com base na prescrição médica; Orientar o paciente sobre o uso e conservação da imobilização, para não perder a capacidade de manter a extremidade na posição adequada e, portanto, não necessitar ser trocado; Confirmar a integridade das imobilizações dos pacientes internados; Verificar condições da área a ser imobilizada; Verificar alergias do paciente aos materiais; Remover tala e ou goteira gessada; - Executar outras atribuições afins.
Chefe de Divisão Arquivo

<ul style="list-style-type: none"> - Executar atividades pertinentes à divisão de protocolo e arquivo, tais como a gestão eletrônica dos documentos, gestão de processos e a normatização de procedimentos relativos às atividades de protocolo; Atuar com separação, organização, classificação e conservação de documentos referente a todos os processos diários; - Localizar documentos em arquivos, organização e conservação de arquivo morto.
Chefe de Divisão de Limpeza da Secretaria de Saúde
<ul style="list-style-type: none"> - Realizar atividades de conservação e limpeza; Supervisionar as distribuições de materiais e produtos de limpeza; Controlar a execução de tarefas; - Escalar e planejar o cronograma das atividades, orientando o cumprimento de normas e ordens de serviços.
Chefe de Divisão de Limpeza HGAC
<ul style="list-style-type: none"> - Realizar atividades de conservação e limpeza; Supervisionar as distribuições de materiais e produtos de limpeza; Controlar a execução de tarefas; - Escalar e planejar o cronograma das atividades, orientando o cumprimento de normas e ordens de serviços.
Chefe de Divisão SESME (Segurança do Trabalho)
<ul style="list-style-type: none"> - Proteger a integridade física dos trabalhadores e reduzir acidentes do trabalho e doenças ocupacionais; Tornar o local de trabalho mais seguro, realizando avaliações periódicas dos setores e desenvolvendo projetos de melhorias ao ambiente profissional; Assegurar medidas preventivas para a saúde e segurança; Diminuir riscos de afastamentos; Conscientizar e informar a equipe, como ela pode ajudar a melhorar a qualidade de vida, a saúde, a segurança e o bem estar no ambiente de trabalho; Colaborar para um ambiente organizacional mais saudável, a fim de proporcionar melhor rendimento, garantindo a integridade dos trabalhadores.
Chefe de Divisão Supervisão de Vetores
<ul style="list-style-type: none"> - Exercer atividades de vigilância, prevenção e controle de doenças e promoção de saúde; Orientar nas medidas para eliminar criadouros de insetos e de outros vetores de doenças; Atuar como facilitador, oferecendo os esclarecimentos sobre cada ação que envolva o controle vetorial.

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE		
CARGO	PADRÃO	REMUNERAÇÃO (R\$)



Arraial do Cabo, Segunda-feira, 31 de Janeiro de 2022 - Edição: 502 - 32

Chefia de Divisão de Limpeza Secretaria de Saúde	DAI-11	R\$ 1.720,00
Chefia de Divisão de Limpeza HGAC	DAI-11	R\$ 1.720,00
Assessor de Divisão SESME (segurança do trabalho)	CA-11	R\$ 1.720,00
Assessor de Divisão SESME (segurança do trabalho)	CA-11	R\$ 1.720,00
Chefe de Divisão de Supervisão de Vetores	DAI-11	R\$ 1.720,00
Chefe de Divisão de Supervisão de Vetores	DAI-11	R\$ 1.720,00

Artigo 3º - O servidor municipal que for nomeado para cargo de provimento em comissão poderá optar:

pela remuneração total do cargo em comissão;

pela remuneração do cargo efetivo, acrescida de 65% (sessenta e cinco por cento) do valor do cargo em comissão.

Parágrafo Único - Nenhum servidor contratado poderá exercer cargo em comissão.

Artigo 4º - No que couber o Prefeito Municipal, através de Decreto promoverá adequações complementares às estruturas internas.

Artigo 5º - Por Decreto do Prefeito Municipal poderão ser remanejados os cargos constantes na presente lei de um para outro órgão para atender as necessidades e a racionalização das atividades administrativas, redefinindo-se suas atribuições, e observando o disposto na Lei de Responsabilidade Fiscal que se refere à despesa com pessoal.

Artigo 6º - fica reservado o percentual mínimo de 10% para preenchimento dos cargos em comissão por servidores de provimento efetivo."

Artigo 7º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação., retroagindo seus efeitos a partir de 01 de janeiro de 2022.

Arraial do Cabo, 31 de janeiro de 2022.

Marcelo Magno Félix dos Santos

Prefeito Municipal

LEI Nº 2.389 DE 31 DE JANEIRO DE 2022.

DISPÕE SOBRE A REESTRUTURAÇÃO DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE ARRAIAL DO CABO – IPC – INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA CABISTA E ESTABELECE REGRAS DE ACORDO COM A EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 103, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2019 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE ARRAIAL DO CABO, faço saber que a Câmara Municipal aprovou, e eu sanciono a seguinte lei:

TÍTULO I - DO INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA CABISTA DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE ARRAIAL DO CABO - IPC
CAPÍTULO I - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1º. Fica reestruturado e estabelecido regras nos moldes da Emenda Constitucional Nº 103, de 12 De Novembro De 2019, nos termos desta Lei, o Instituto de Previdência Cabista – **IPC**, entidade autárquica, dotada de personalidade jurídica própria, bem como autonomia administrativa, financeira

e patrimonial, a que se vinculam os servidores públicos ocupantes de cargo em provimento efetivo da Administração Pública Direta, Autárquica, Fundacional e do Poder Legislativo do Município de ARRAIAL DO CABO.

Parágrafo único. A reestruturação de que trata o *caput* deste artigo, ocorrerá em conformidade com os limites estabelecidos pela Constituição Federal e pela legislação previdenciária aplicável à organização e funcionamento dos Regimes Próprios de Previdência Social - RPPS.

CAPÍTULO II - DAS FINALIDADES

Art. 2º. O IPC tem por finalidade propiciar a cobertura dos riscos sociais a que se encontram sujeitos os seus segurados mediante a disponibilização de serviços e pagamento de benefícios previdenciários, garantindo-lhes:

Parágrafo Único. Os meios de subsistência nos eventos de incapacidade, idade avançada, tempo de serviço e morte;

CAPÍTULO III - DOS PRINCÍPIOS

Art. 3º. O IPC obedecerá aos seguintes princípios:

I - vinculação na utilização dos recursos previdenciários, sendo vedadas:

a) a utilização de recursos financeiros destinados à taxa de administração sem a estrita observância dos limites estabelecidos por esta Lei e pela legislação federal aplicável a espécie;

b) a utilização de recursos do Regime Próprio de Previdência Social - RPPS para fins de assistência médica e financeira de qualquer espécie;

c) a realização de empréstimos de qualquer natureza que envolva a utilização de recursos previdenciários pertencentes ao Regime Próprio de Previdência Social - RPPS seja à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios e suas respectivas entidades da Administração Pública Indireta.

II – solidariedade, mediante contribuição dos entes patronais, dos servidores ativos, inativos e dos pensionistas para o Regime Próprio de Previdência Social - RPPS;

III – equilíbrio financeiro e atuarial, mediante a adoção de técnicas de gestão que garantam a equivalência entre as receitas auferidas e as obrigações do Regime Próprio de Previdência Social - RPPS em cada exercício financeiro, bem como a adoção de critérios atuariais que propiciem a manutenção de equivalência, a valor presente, entre o fluxo das receitas estimadas e das obrigações projetadas, apuradas atuarialmente em longo prazo;

IV – vedação de criação, majoração ou extensão de qualquer benefício ou serviço previdenciário sem que haja a demonstração e criação da correspondente fonte de custeio total;

V – representatividade, mediante a participação dos entes patronais, dos servidores ativos e inativos na instância de decisão em que os seus interesses sejam objeto de discussão e deliberação;

VI – publicidade, mediante a garantia de pleno acesso aos segurados e ao público, das informações relativas à gestão do regime, inclusive por meio da rede mundial de computadores, de informações atualizadas sobre as receitas e despesas do regime, sobre a gestão dos benefícios previdenciários, bem como de outros dados pertinentes a gestão do Regime Próprio de Previdência Social – RPPS;

VII – separação dos recursos previdenciários e da contabilidade em relação ao ente Federativo;

VIII – segurança, rentabilidade e prudência na aplicação dos recursos previdenciários;

IX – universalidade de participação no plano de benefícios previdenciários previsto nesta Lei, mediante contribuição;

Arraial do Cabo, Segunda-feira, 31 de Janeiro de 2022 - Edição: 502 - 32

- X – subsidiariedade das normas aplicáveis ao Regime Geral de Previdência Social - RGPS;
- XI – diversidade da base de financiamento do regime;
- XII – sujeição aos órgãos de fiscalização e controle;
- XIII – responsabilidade pela gestão do Regime Próprio de Previdência Social - RPPS;
- XIV – observância irrestrita das normas de conduta ética previstas nesta Lei.

CAPÍTULO IV - DA UNIDADE GESTORA ÚNICA DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL - RPPS

Seção I - Do IPC

Art. 4º. O IPC, de acordo com o disposto na presente Lei, bem como no art. 40, § 20, da Constituição da República, será responsável pela gestão do Regime Previdenciário Próprio do Município de ARRAIAL DO CABO, mediante o exercício das seguintes atribuições:

- I - arrecadação das contribuições previdenciárias dos segurados ativos e inativos, e pensionistas, do Município de ARRAIAL DO CABO;
 - II - administração de recursos financeiros e outros ativos incorporados ao seu patrimônio, para fins de custeio dos benefícios previdenciários descritos na presente Lei, concedidos ou a conceder;
 - III - gerenciamento da folha de pagamento dos servidores aposentados e dos pensionistas, segurados deste Regime Próprio de Previdência Social.
- Parágrafo único.** O IPC tem como sede o Município de ARRAIAL DO CABO e sua duração será por prazo indeterminado. **Art. 5º.** Para o desempenho de suas finalidades, o IPC, contará com:

- I – estrutura organizacional própria e internamente hierarquizada nos termos desta Lei;
- II – receitas e atribuições de competência específicas estabelecidas nesta Lei.

Seção II - Das Atividades

Art. 6º. Para o atingimento das finalidades previstas no artigo 2º desta Lei, o IPC desenvolverá as seguintes atividades:

- I – atendimento aos segurados;
- II – concessão de benefícios previdenciários;
- III – pagamento de benefícios previdenciários;
- IV – gestão dos benefícios previdenciários concedidos;
- V – arrecadação das contribuições previdenciárias junto aos entes patronais, aos segurados ativos, inativos e pensionistas;
- VI – gestão de seu patrimônio, notadamente dos recursos previdenciários;
- VII – escrituração contábil;
- VIII – realização do procedimento administrativo de compensação previdenciária;
- IX – cadastramento dos servidores ativos, inativos e pensionistas;
- X – demais atividades relacionadas com as finalidades do Regime Próprio de Previdência Social - RPPS.

Art. 7º. O IPC, contará com quadro funcional de servidores públicos cedidos pelo Poder Executivo Municipal, ocupantes de cargos em provimento efetivo ou de livre nomeação e exoneração regidos sob o Regime Jurídico Único Estatutário do Município, e pelo plano de Cargos e Carreiras dos servidores do Município para servidores Estatutários.

Art. 8º. Fica facultada à Administração Autárquica, Fundacional e ao Poder Legislativo do Município utilizar-se do instrumento de cessão de servidores públicos para Regime Próprio de Previdência Social em conformidade com as

normas do Regime Jurídico Único Estatutário do Município.

§1º. Ficam autorizados as cessões de servidores ao Regime Próprio de Previdência Social, mesmo que em estágio probatório, com ou sem prejuízo de suas remunerações, podendo ocupar cargos ou funções de livre nomeação ou exoneração, estes de responsabilidade da entidade previdenciária de que trata esta lei, em conformidade com as normas do Regime Jurídico Único Estatutário do Município e o Plano de Cargos e Carreiras para servidor estatutário desta municipalidade.

§2º. A utilização do instrumento de cessão de que trata o caput deste artigo poderá ocorrer nas 03 (três) esferas federativas.

Seção III - Da Taxa de Administração

Art. 9º. Para cobertura das despesas administrativas do Regime Próprio de Previdência Social de que trata esta lei, fica estabelecida, a título de taxa de administração, o valor anual de 3,00 % (três por cento) considerando-se como base de cálculo o somatório da remuneração de contribuição de todos os servidores ativos vinculados a este Regime, relativo ao exercício financeiro anterior.

Parágrafo único. Entre outras afins, classificam-se como despesas administrativas os gastos deste Regime Próprio de Previdência Social com pessoal próprio e os consequentes encargos, materiais de expediente, energia elétrica, água e esgoto, comunicações, vigilância, locações, seguros, obrigações tributárias, manutenção, limpeza e conservação dos bens móveis e imóveis, consultoria, assessoria técnica, honorários, diárias e passagens de dirigentes e servidores a serviço, bem como cursos e treinamentos.

Art. 10. O Regime Próprio de Previdência Social - RPPS poderá constituir reserva com eventuais sobras das despesas administrativas dentro do exercício financeiro, cujos valores serão utilizados para os fins a que se destina a taxa de administração.

§ 1º A aquisição, construção ou reforma de bens imóveis com os recursos destinados à taxa de administração restringem-se aos destinados ao uso próprio deste Regime Próprio de Previdência Social, sendo vedada a utilização desses bens para investimento ou uso por outro órgão público ou particular, em atividades assistenciais ou quaisquer outros fins que não aqueles vinculados ao Regime definido nesta Lei.

§ 2º O descumprimento dos critérios fixados neste capítulo para a taxa de administração representará utilização indevida dos recursos previdenciários.

TÍTULO II - DA ESTRUTURA DE GOVERNANÇA

Art. 11. A estrutura de governança do IPC é composta pelos seguintes órgãos:

- I – Conselho Administrativo;
- II – Conselho Fiscal;
- III – Diretoria Executiva.

§ 1º Em conformidade com os critérios estabelecidos nesta Lei, os membros do Conselho Administrativo serão escolhidos de forma a conferir representatividade aos servidores ativos, aos inativos e aos entes patronais.

§ 2º Os membros do Conselho Administrativo, do Conselho Fiscal, do Comitê de Investimentos e a Diretoria Executiva terão direito a percepção de retribuição pecuniária jeton por cada reunião ordinária ou extraordinária de que efetivamente participarem, cujo valor será correspondente a R\$ 200,00 (duzentos reais).

§ 3º Caberá aos membros do Conselho Administrativo, do Conselho Fiscal e da Diretoria Executiva, zelarem pelo sigilo dos dados pessoais relativos aos



Arraial do Cabo, Segunda-feira, 31 de Janeiro de 2022 - Edição: 502 - 32

segurados e pensionistas do Regime Próprio de Previdência Municipal, sob pena de responsabilidade nas esferas administrativa, civil e penal.

§ 4º Os dirigentes da unidade gestora, os membros dos conselhos deliberativo e fiscal e do comitê de investimentos do RPPS deverão comprovar, conforme previsto no inciso I do art. 8º-B da Lei nº 9.717, de 1998, como condição para ingresso ou permanência nas respectivas funções, não terem sofrido condenação criminal ou incidido em alguma das demais situações de inelegibilidade previstas no inciso I do art. 1º da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990.

§ 5º A comprovação de que trata o caput será realizada a cada 2 (dois) anos, contados da data da última validação, e observará o seguinte:

I - no que se refere à inexistência de condenação criminal, inclusive para os delitos previstos no inciso I do art. 1º da Lei Complementar nº 64, de 1990, a comprovação será efetuada por meio de apresentação de certidões negativas de antecedentes criminais da Justiça Estadual e da Justiça Federal competentes;

II - no que se refere aos demais fatos constantes do inciso I do art. 1º da Lei Complementar nº 64, de 1990, a comprovação será feita mediante declaração de não ter incidido em alguma das situações ali previstas, conforme modelo constante do Anexo I da Portaria nº 9.907 de 14 de abril de 2020.

§ 6º Ocorrendo quaisquer das situações impeditivas a que se refere o caput, as pessoas aí mencionadas deixarão de ser consideradas como habilitadas para as correspondentes funções desde a data de implementação do ato ou fato obstativo.

§ 7º A autoridade do ente federativo ou da unidade gestora do RPPS competente para apreciar o atendimento aos requisitos previstos no caput verificará a veracidade das informações e autenticidade dos documentos a ela apresentados, adotando as demais providências para cumprimento das disposições deste artigo.

§ 8º Os Dirigentes da Unidade Gestora do RPPS, o Responsável pela Gestão dos Recursos e os membros titulares dos Conselhos Administrativo e Fiscal e do Comitê de Investimentos, como condição para ingresso ou permanência nas respectivas funções, comprovarão possuir certificação, conforme previsto no inciso II do art. 8º-B da Lei nº 9.717, de 1998, a qual será emitida por meio de processo realizado por instituição certificadora reconhecida na forma do art. 8º da Portaria nº 9.907 de 14 de abril de 2020.

§ 9º São 4 (quatro) os tipos de certificação:

I - certificação dos dirigentes da unidade gestora do RPPS;

II - certificação dos membros do conselho de administrativo;

III - certificação dos membros do conselho fiscal;

IV - certificação do responsável pela gestão dos recursos e membros do comitê de investimentos do RPPS.

§ 10º A comprovação da certificação observará, no máximo, os seguintes prazos, em consonância com aqueles previstos no art. 14 da Portaria nº 9.907 de 14 de abril de 2020:

I - dos dirigentes da unidade gestora do RPPS, 1 (um) ano, a contar da data da posse;

II - dos membros titulares dos conselhos deliberativo e fiscal, 1 (um) ano, a contar da data da posse;

III - dos responsáveis pela gestão dos recursos do RPPS e membros titulares do comitê de investimentos, previamente ao exercício de suas funções;

IV - Na hipótese de substituição dos titulares dos cargos ou funções referidos

nos incisos I e II do caput:

V - antes de decorrido um ano de sua posse, o prazo para comprovação da certificação pelos seus sucessores será igual ao período para comprovação que ainda restava ao profissional substituído;

VI - a partir de um ano de sua posse e até o término do mandato originário, o dirigente sucessor ou o membro suplente que assumir deverão possuir certificação para entrar em exercício na correspondente função.

§ 11º A comprovação da certificação será exigida:

I - no caso do representante legal da unidade gestora e de 2/3 dos demais diretores, se houver;

II - de 2/3 dos membros titulares do conselho administrativo e do conselho fiscal;

III - no caso do gestor de recursos e de 2/3 dos demais membros do comitê de investimento;

CAPÍTULO I - DO CONSELHO ADMINISTRATIVO

Art. 12. O Conselho Administrativo é o órgão de deliberação superior do IPC.

Seção I - Da Composição

Art. 13. O Conselho Administrativo será composto de 03 (três) membros, com seus respectivos suplentes, sendo 02 (dois) servidores efetivos da ativa, sendo designados pelo Chefe do Poder Executivo e 01 (um) representante dos aposentados e dos pensionistas que será indicado por um colégio formado pelos mesmos e, na sua falta, pelo Prefeito Municipal.

§ 1º O Presidente do Conselho e seu suplente serão nomeados pelo Chefe do Poder Executivo, dentre os indicados pelo Poder Executivo.

§ 2º Os servidores indicados para o Conselho Administrativo não serão afastados do cargo, tendo suas faltas abonadas nas ausências ao trabalho nos dias de reunião.

§ 3º O Conselho Administrativo funcionará extraordinariamente, quando convocado pelo seu Presidente, devendo reunir-se ordinariamente, quadrimestralmente.

§ 4º O Conselho Administrativo deverá ser constituído no mês de janeiro de cada biênio.

Seção II - Das Competências

Art. 14. Compete ao Conselho Administrativo, respeitada a competência do Chefe do Executivo Municipal, deliberar sobre:

I - O conteúdo das avaliações atuariais, visando à definição do plano de custeio que garantirá os recursos previdenciários necessários ao financiamento do plano de benefícios previsto nesta Lei, após discussão conjunta a ser realizada com o atuário responsável, com o Conselho Fiscal e com a Diretoria Executiva;

II - O conteúdo técnico dos anteprojetos relativos ao Plano Plurianual - PPA, à Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO e à Lei Orçamentária Anual - LOA;

III - A prestação de contas anual a ser apresentada pelo Conselho Fiscal;

IV - A política anual de investimentos dos recursos previdenciários;

CAPÍTULO II - DO CONSELHO FISCAL

Art. 15. O Conselho Fiscal é o órgão de fiscalização do IPC.

Seção I - Da Composição

Art. 16. O Conselho Fiscal será composto de 03 (três) membros, com seus respectivos suplentes, sendo 02 (dois) servidores efetivos da ativa designados pelo Chefe do Poder Executivo e um representante dos aposentados e dos pensionistas que será indicado por um colégio formado pelos mesmos e, na sua falta, pelo Prefeito Municipal.

Arraial do Cabo, Segunda-feira, 31 de Janeiro de 2022 - Edição: 502 - 32

§ 3º. O Conselho Fiscal elegerá, dentre os seus integrantes, o seu Presidente e suplente.

§ 4º. Os servidores indicados para o Conselho Fiscal não serão afastados do cargo, tendo suas faltas abonadas nas ausências ao trabalho nos dias de reunião.

§ 5º. O Conselho Fiscal funcionará extraordinariamente, quando convocado pelo seu Presidente, devendo reunir-se ordinariamente, quadrimestralmente.

§ 6º. O Conselho Fiscal deverá ser constituído no mês de janeiro de cada biênio.

Seção II

Das Competências

Art. 17. Compete ao Conselho Fiscal:

- I – emitir parecer sobre os balancetes mensais e o balanço anual do **IPC**;
- II – analisar o conteúdo técnico dos anteprojetos relativos ao Plano Plurianual – PPA, à Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO e à Lei Orçamentária Anual – LOA, a serem propostos pela Diretoria Executiva, encaminhando-os ao Conselho Administrativo para aprovação e acompanhar a sua execução;
- III – acompanhar a execução orçamentária anual;
- IV – fiscalizar a execução da Política Anual de Investimentos;
- V – fiscalizar a estrita aplicação da legislação previdenciária aplicável aos Regimes Próprios de Previdência Social – RPPS;
- VI – requisitar documentos para o desempenho de suas atribuições, junto à Presidência do Regime Próprio de Previdência Municipal;
- VII – opinar sobre assuntos de natureza econômica, financeira e contábil que lhes sejam submetidos pelo Conselho Administrativo ou pela Diretoria Executiva.

CAPÍTULO III - DA DIRETORIA EXECUTIVA

Art. 18. A Diretoria Executiva é o órgão superior de administração do **IPC**.

Seção I - Da Composição

Art. 19. A Diretoria Executiva será composta:

Pelo Diretor Presidente;

Pelo Diretor Administrativo/Financeiro;

§ 1º. A remuneração do cargo de Diretor Presidente será equivalente ao cargo de Secretário Municipal.

§ 2º. Para o Presidente e Diretores que possuírem no mínimo a Certificação de Gestor de Regime Próprio de Previdência Social - CGRPPS, será acrescida na sua remuneração uma gratificação equivalente a 5% (cinco por cento) sobre seus vencimentos.

§ 3º. Tal gratificação não será considerada para futuros efeitos de cálculo de proventos e pensões e deverá ser custeada com recursos vinculados ao RPPS, referente a taxa de administração.

Art. 20. Os cargos da Diretoria Executiva do **IPC** serão de livre nomeação e exoneração por parte do Prefeito Municipal.

Art. 21. Os dirigentes da unidade gestora comprovarão, como condição para ingresso nas respectivas funções, os seguintes requisitos, conforme previsto nos incisos III e IV do art. 8º-B da Lei nº 9.717, de 1998, além daqueles de que tratam os arts. 3º e 4º da Portaria nº 9.907 de 14 de abril de 2020:

I - experiência de, no mínimo, 2 (dois) anos, conforme as especificidades de cada cargo ou função, no exercício de atividade nas áreas previdenciária, financeira, administrativa, contábil, jurídica, de fiscalização, atuarial ou de auditoria;

II - formação de nível superior.

§ 1º A comprovação do requisito de que trata o inciso I será exigida segundo parâmetros estabelecidos pela legislação do RPPS ou pelo Conselho Administrativo.

§ 2º A comprovação do requisito a que se refere o inciso II será imposta aos dirigentes que tomarem posse ou forem reconduzidos à função após a publicação desta Portaria nº 9.907 de 14 de abril de 2020.

Art. 22. O titular do cargo de Diretor Presidente será substituído em suas férias, afastamentos e impedimentos legais, até o limite de até 30 (trinta) dias, pelo Diretor Administrativo/Financeiro, sem prejuízos das atribuições deste cargo.

Art. 23. Na hipótese de afastamentos e impedimentos do Diretor Presidente por período superior a 30 (trinta) dias, caberá ao Prefeito Municipal proceder à imediata nomeação de novo Presidente.

Art. 24. Compõem a estrutura administrativa do **IPC**, os cargos de provimento efetivo, em comissão e funções gratificadas previstos na forma do Anexo I e II da presente Lei.

Art. 25. O Diretor Administrativo/Financeiro será substituído em suas férias, afastamentos e impedimentos legais, até o limite de 30 (trinta) dias, por servidor ocupante de cargo em provimento efetivo ou comissionado do **IPC**, designado pelo Presidente, sem prejuízo das atribuições ao cargo.

Art. 26. Na hipótese de afastamentos e impedimentos do Diretor Administrativo/Financeiro por período superior a 30 (trinta) dias, caberá ao Prefeito Municipal proceder à imediata nomeação de novo Diretor.

Seção II

Das Atribuições sob Competência da Presidência

Art. 27. Compete à Presidência do **IPC**:

I - promover a administração geral do RPPS cumprindo e fazendo cumprir as normas previstas nesta Lei e na legislação federal aplicável aos Regimes Próprios de Previdência Social - RPPS;

II - coordenar e dirigir todas as atividades de execução a serem desenvolvidas no ambiente organizacional do RPPS;

III - estabelecer e publicar os parâmetros e diretrizes gerais de funcionamento do RPPS mediante a publicação de atos normativos internos;

IV - praticar todos os atos de administração de pessoal do RPPS sob qualquer regime de trabalho, excepcionados os atos de nomeação a cargo do Prefeito Municipal nos termos desta Lei;

V – supervisionar o encaminhamento ao Ministério da Economia – Secretaria de Previdência – SPREV, dos relatórios e demais documentos aptos a demonstrar o cumprimento da legislação federal aplicável aos Regimes Próprios de Previdência Social - RPPS com vistas à manutenção da regularidade do Certificado de Regularidade Previdenciária - CRP;

VI - encaminhar, até o início do mês de junho de cada ano, a Proposta Orçamentária Anual do RPPS para apreciação do Conselho Administrativo;

VII - determinar a realização de auditorias;

VIII - assegurar a qualidade do atendimento aos segurados e seus beneficiários;

IX - convocar as reuniões da Diretoria Executiva, estabelecer a pauta e dirigi-las;

X - proporcionar ao Conselho Administrativo e ao Conselho Fiscal os meios necessários para seu funcionamento;

XI - autorizar os atos de delegação de atribuições das Diretorias, podendo estabelecer a alçada máxima para a Diretoria delegada;

Arraial do Cabo, Segunda-feira, 31 de Janeiro de 2022 - Edição: 502 - 32

XII – deferir, atualizar e cancelar os pedidos de benefícios previdenciários;
XIII – fornecer os documentos que lhe sejam requisitados pelo Conselho Administrativo e pelo Conselho Fiscal;
XIV – prestar as informações solicitadas pelos órgãos de controle interno e externo;
XV – enviar as avaliações atuariais anuais ao Ministério do Trabalho e Previdência Economia – MTP, após regular aprovação por parte do Conselho Administrativo;
XVI – encaminhar ao órgão competente da Administração Pública Direta, os processos administrativos de índole disciplinar para regular apuração e aplicação da sanção cabível, nos termos do Estatuto do Servidor Público do Município de ARRAIAL DO CABO;
XVII – dar cumprimento às deliberações do Conselho Administrativo e às orientações ou correções sugeridas pelo Conselho Fiscal, desde que pertinentes no que se refere ao aperfeiçoamento da gestão e desde que revestidas de legalidade;
XVIII – motivar os atos administrativos relacionados à Presidência que envolva a utilização de recursos previdenciários oriundos da taxa de administração;
XIX - executar a política de investimentos do **IPC** aprovada pelo Conselho Administrativo e mediante o auxílio técnico do Comitê de Investimentos;
XX – controlar a frequência dos servidores vinculados a Presidência;
XXI – autorizar o censo previdenciário dos segurados a cada 3 (três) anos, no mínimo, para a atualização dos seus dados pessoais, familiares é previdenciário, com o objetivo de se obter maior precisão nos estudos técnicos atuariais;
XXII – praticar os seguintes atos administrativos, em conjunto com o Diretor Administrativo/Financeiro:
a) elaboração da política anual de investimentos dos recursos previdenciários do **IPC**;
b) elaboração de relatório mensal contendo a execução da política anual de investimentos, analisando seus resultados;
c) elaborar o Plano Plurianual do **IPC**, a Lei de Diretrizes Orçamentárias e a Proposta Orçamentária Anual;
d) subscrição de cheques e demais documentos relativos à movimentação dos recursos previdenciários do Regime Próprio de Previdência Municipal;
f) cobrança na hipótese de atraso nos pagamentos ou nos repasses das contribuições previdenciárias devidas ao **IPC**;
Seção III
Das Atribuições sob a Competência da Diretoria Administrativa/Financeira.
Art. 28. Compete ao Diretor Administrativo/Financeiro o desenvolvimento das atribuições relacionadas às seguintes atividades:
I – Orçamento;
II – elaboração do relatório mensal de atividades da Diretoria e encaminhamento a Presidência;
III – gestão de pessoal;
IV – tecnologia de informação;
V – compras e licitações;
VI – almoxarifado;
VII – arquivo e digitalização de documentos;
VIII – serviços gerais como os de limpeza, vigilância e de manutenção;
IX – atendimento, incluídas as atividades de recepção, protocolo e autuação;

X – controle da frequência dos servidores vinculados à Diretoria;
XI – planejamento;
XII – contabilidade;
XIII – finanças;
XIV – tesouraria;
XV – patrimônio;
XVI – a prática dos seguintes atos administrativos, em conjunto com a Presidência:
Elaboração da política anual de investimentos dos recursos previdenciários do **IPC**;
Elaboração de relatório mensal contendo a execução da política anual de investimentos, analisando seus resultados;Subscrição de cheques e demais documentos relativos à movimentação dos recursos previdenciários do **IPC**;
Lavatura dos contratos administrativos, convênios, ajustes e demais instrumentos similares;
Cobrança na hipótese de atraso nos pagamentos ou nos repasses das contribuições previdenciárias devidas ao **IPC**;
TÍTULO III
DAS REUNIÕES DO CONSELHO ADMINISTRATIVO E DO CONSELHO FISCAL
Art. 29. As reuniões do Conselho Administrativo e do Conselho Fiscal serão realizadas:
I – ordinariamente, uma vez a cada 04 (quatro) meses;
II – extraordinariamente, desde que convocadas:
a) pelo Presidente do Conselho Administrativo ou por um terço de seus membros;
b) pelo Presidente do Conselho Fiscal;
c) pelo Presidente do **IPC**.
Art. 30. A realização de reunião extraordinária ficará condicionada à regular fundamentação sobre a relevância e necessidade de sua realização por parte de quem a convocou sob pena de nulidade da reunião.
Art. 31. As reuniões deverão ser realizadas na sede do **IPC**, podendo ser realizada em outro local quando da impossibilidade de sua realização na sede deste Regime.
Art. 32. As reuniões deverão ser realizadas durante o horário normal de expediente das repartições públicas municipais.
§ 1º O servidor que se encontrar no exercício da função de Conselheiro poderá ausentar-se do seu local de trabalho durante o horário normal de expediente para participar de reunião do Conselho a que pertencer, mediante comunicação prévia ao seu superior hierárquico.
§ 2º O período da reunião em que o servidor encontrar-se em atividade de Conselheiro deverá ser considerado como expediente para efeitos de sua frequência.
TÍTULO IV
DA ESTRUTURA ORGANIZACIONAL DO IPC
CAPÍTULO I
DA CARACTERIZAÇÃO DA ESTRUTURA ORGANIZACIONAL
Art. 33. A estrutura organizacional do **IPC** será composta pelos seguintes campos funcionais
I – órgão de deliberação composto pelo Conselho Administrativo;
II – órgão de fiscalização composto pelo Conselho Fiscal;
III – órgão de execução composto pela Diretoria Executiva.

Arraial do Cabo, Segunda-feira, 31 de Janeiro de 2022 - Edição: 502 - 32

TÍTULO V

DO CUSTEIO

CAPÍTULO I

DO CARÁTER CONTRIBUTIVO

Art. 34. O Regime Próprio de Previdência Social - RPPS de que trata esta Lei terá caráter contributivo e solidário, e deverão ser observados os critérios que preservem o equilíbrio financeiro e atuarial.

§ 1º Entende-se por observância do caráter contributivo:

I – a previsão expressa nesta Lei, das alíquotas dos entes patronais e dos segurados ativos, dos segurados inativos e dos pensionistas;

II – o repasse mensal e integral dos valores das contribuições devidas pelos entes patronais ao IPC.

III – a retenção e o repasse mensal e integral dos valores das contribuições devidas pelos segurados ativos ao IPC;

IV – a retenção, pelo IPC, dos valores devidos pelos segurados inativos e dos pensionistas, relativos aos benefícios e remunerações cujo pagamento esteja sob sua responsabilidade;

V – pagamento ao IPC, de valores relativos a débitos que venham a ocorrer, relativos a contribuições parceladas mediante acordo.

§ 2º Os valores devidos ao IPC, deverão ser repassados em moeda corrente, de forma integral para cada competência, independentemente de disponibilidade financeira do Regime Próprio de Previdência Social - RPPS, sendo vedada a compensação com passivos previdenciários ou reembolso de valores destinados à cobertura de insuficiências financeiras relativas a competências anteriores.

§ 3º As quantias recolhidas em atraso referentes a contribuições previdenciárias e demais débitos serão acrescidas de juros de 0,5% (meio por cento) ao mês e multa de 1% (um por cento) do valor do débito, além de atualização monetária de acordo com a variação do INPC ou pelo índice que vier a substituí-lo.

Art. 35. O Regime Próprio de Previdência Social – RPPS de que trata esta Lei, tem como seu órgão gestor de pagamentos de benefícios previdenciários o Instituto de Previdência Cabista dos Servidores Públicos do Município de Arraial do Cabo.

CAPÍTULO II - DAS FONTES DE RECEITA

Art. 36. São fontes de receita do IPC:

I – as contribuições previdenciárias a serem pagas pelos:

a) entes patronais, assim entendidos a Administração Pública Direta, Autárquica, Fundacional e do Poder Legislativo do Município;

b) servidores ativos, inativos e pensionistas.

II – doações, subvenções e legados;

III – receitas decorrentes de aplicações financeiras e receitas patrimoniais;

IV – valores recebidos a título de compensação financeira, em razão do § 9º do art. 201 da Constituição Federal;

V – dotações previstas no orçamento municipal;

VI – repasses correspondentes aos aportes a serem efetuados pela Prefeitura Municipal de ARRAIAL DO CABO e/ou pela Câmara Municipal;

VII – demais bens e recursos financeiros que eventualmente lhe forem destinados e incorporados.

§ 1º Constituem fonte do plano de custeio do IPC as contribuições previdenciárias previstas nos incisos I, II e III, incidentes sobre o abono anual, salário-maternidade, auxílio por incapacidade temporária, auxílio-reclusão e

os valores pagos ao segurado pelo seu vínculo funcional com o Município, em razão de decisão judicial ou administrativa.

§ 2º O abono anual será considerado, para fins contributivos, separadamente da remuneração de contribuição relativa ao mês em que for pago.

Seção I

Das Contribuições Previdenciárias Devidas pelos Entes Patronais

Art. 37. A alíquota de contribuição previdenciária devidas pelos entes patronais para o custeio do IPC corresponderá a 22,00% (vinte e dois por cento) incidentes a respectiva remuneração de contribuição.

Parágrafo Único – O equacionamento do déficit atuarial, será implantado por Lei Municipal, com base nos cálculos atuarias, e suas revisões anuais.

Seção II

Das Contribuições Previdenciárias Devidas pelos Servidores Ativos

Art. 38. A alíquota de contribuição previdenciária devida pelos segurados ativos para o custeio do IPC corresponderá a 14% (quatorze por cento) incidentes sobre a respectiva remuneração de contribuição, inclusive nos casos de afastamento por doença, licença maternidade, excluídas verbas indenizatórias e observadas as disposições vigentes sobre as incorporações de funções gratificadas e cargos comissionados.

Seção III

Das Contribuições Previdenciárias Devidas pelos Servidores Inativos e Pensionistas

Art. 39. A alíquota de contribuição previdenciária devida pelos servidores inativos e pelos pensionistas corresponderá a 14% (quatorze por cento), incidentes sobre o valor da parcela dos proventos que supere o limite estabelecido como teto benefícios de aposentadoria e pensão concedidas pelo Regime Geral de Previdência Social - RGPS.

Parágrafo único. A contribuição prevista no *caput* deste artigo incidirá apenas sobre as parcelas de proventos de aposentadorias e de pensão que superem o dobro do limite máximo nele previsto, quando o beneficiário for portador de doença incapacitante, cujos critérios de comprovação serão feitos através de laudo médico da junta oficial deste Instituto.

Seção IV

Da Responsabilidade pela Arrecadação das Contribuições Devidas ao IPC

Art. 40. O repasse dos valores das contribuições previdenciárias previstas nesta Lei deverão ser creditadas nas contas do IPC até o dia 15 do mês subsequente ao da ocorrência do respectivo fato gerador.

Seção V

Dos Limites de Contribuição

Art. 41. A alíquota de contribuição dos segurados ativos não poderá ser inferior à dos servidores titulares de cargo efetivo da União, atualmente fixada em 14% (quatorze por cento).

Art. 42. A contribuição dos entes patronais não poderá ser inferior ao valor da contribuição do servidor ativo nem superior ao dobro desta, observado o cálculo atuarial anual.

Art. 43. A Administração Pública Direta do Município de ARRAIAL DO CABO será responsável pela cobertura de eventuais insuficiências financeiras do Regime Próprio de Previdência Social - RPPS, decorrentes do pagamento de benefícios previdenciários.

Seção VI

Da Remuneração de Contribuição

Art. 44. Entende-se por remuneração de contribuição o conjunto de eventos e

Arraial do Cabo, Segunda-feira, 31 de Janeiro de 2022 - Edição: 502 - 32

parcelas de natureza remuneratória que servirão de base para a incidência dos percentuais das alíquotas de contribuição patronais e dos servidores para efeitos de custeio do Regime Próprio de Previdência Social - RPPS reestruturada por esta Lei.

Art. 45. A remuneração de contribuição compreenderá o vencimento do cargo efetivo acrescido das vantagens pecuniárias de caráter permanente.

Art. 46. A remuneração do cargo efetivo é o limite ao qual se encontram submetidos os proventos de aposentadoria e as pensões, por ocasião de sua concessão.

Art. 47. É vedada a incorporação de vantagens de caráter temporário ou vinculadas ao exercício de função de confiança ou de cargo em comissão à remuneração do cargo efetivo.

Seção VII

Da Contribuição dos Servidores Cedidos, Afastados e Licenciados

Art. 48. Na hipótese de cessão ou permuta de servidores públicos municipais vinculados ao IPC para outro ente federativo, em que o pagamento da remuneração seja ônus do órgão ou da entidade cessionária, será de sua responsabilidade:

I – o desconto da contribuição devida pelo servidor;

II – a contribuição devida pelo ente de origem.

§ 1º Cabe ao cessionário efetuar o repasse das contribuições do ente federativo e do servidor ao IPC.

§ 2º Caso o cessionário não efetue o repasse das contribuições à unidade gestora no prazo legal, cabe ao ente federativo cedente efetuar-lo, buscando o reembolso de tais valores junto ao cessionário.

§ 3º O termo ou ato de cessão ou permuta do servidor com ônus para o cessionário, deverá prever a responsabilidade deste pelo desconto, recolhimento e repasse das contribuições previdenciárias ao Regime Próprio de Previdência Social - RPPS de origem, conforme valores informados mensalmente pelo cedente.

Art. 49. Na hipótese de cessão ou permuta de servidores públicos municipais vinculados ao Regime Próprio de Previdência Social - RPPS para outro ente federativo, sem ônus para o cessionário, continuará sob a responsabilidade do cedente, o desconto e o repasse das contribuições ao IPC.

Art. 50. Nas hipóteses de cessão, permuta, licenciamento ou afastamento de servidor público municipal vinculados ao Regime Próprio de Previdência Social - RPPS, o cálculo da contribuição será feito de acordo com a remuneração do cargo efetivo de que o servidor é titular.

Parágrafo único. Não incidirão contribuições para o Regime Próprio de Previdência Social - RPPS do ente cedente ou do ente cessionário, nem para o Regime Geral de Previdência Social - RGPS, sobre as parcelas remuneratórias complementares, não componentes da remuneração do cargo efetivo pagas pelo ente cessionário ao servidor cedido ou permutado, exceto na hipótese em que houver a opção pela contribuição facultativa ao Regime Próprio de Previdência Social - RPPS do ente cedente, na forma prevista em sua legislação.

Art. 51. O servidor afastado ou licenciado temporariamente do exercício do cargo efetivo sem recebimento de remuneração do ente federativo, somente contará o respectivo tempo de afastamento ou licenciamento para fins de aposentadoria, mediante o recolhimento mensal das contribuições.

Parágrafo único. A contribuição efetuada durante o afastamento do servidor não será computada para cumprimento dos requisitos de tempo de carreira,

tempo de efetivo exercício no serviço público e tempo no cargo efetivo na concessão de aposentadoria.

Art. 52. As disposições desta Seção aplicam-se aos afastamentos dos servidores para o exercício de mandato eletivo em outro ente federativo.

Art. 53. Ao servidor afastado de suas atividades, em razão de licença não remunerada, será permitida a manutenção do vínculo com o IPC, mediante o pagamento da sua contribuição mensal, assim como a da contribuição patronal do Município.

TÍTULO VI

DOS BENEFICIÁRIOS

CAPÍTULO I

DA CLASSIFICAÇÃO

Art. 54. São beneficiários do IPC os segurados e seus dependentes.

Seção I

Dos Segurados

Art. 55. São segurados obrigatórios do IPC:

I - os servidores municipais titulares de cargo efetivo da Administração Direta, Autárquica, Fundacional e do Poder Legislativo do Município de ARRAIAL DO CABO.

II - os inativos e os pensionistas da Administração Direta, Autárquica, Fundacional e do Poder Legislativo do Município de ARRAIAL DO CABO.

§ 1º Os servidores abrangidos pelo art. 11 da Emenda Constitucional nº 20, de 15 de dezembro de 1998, que tenham reingressado no serviço público municipal até 16 de dezembro de 1998, por concurso público de provas ou de provas e títulos e pelas demais formas previstas na Constituição Federal, são considerados segurados obrigatórios.

§ 2º Ocorrendo o desligamento do servidor em decorrência do disposto no §1º deste artigo, fica vedada a devolução das contribuições previdenciárias vertidas ao regime.

Art. 56. Para os segurados obrigatórios do Regime Próprio de Previdência Social - RPPS será observado o seguinte:

I - em regime de acúmulo lícito remunerado de cargos, o servidor será segurado obrigatório em relação a cada um dos cargos ocupados;

II - o segurado aposentado que vier a exercer mandato eletivo federal, estadual, distrital ou municipal, filiar-se-á ao Regime Geral de Previdência Social - RGPS, na condição de exercente de mandato eletivo;

III - o servidor público municipal efetivo, exercente de mandato eletivo municipal, estadual, distrital ou federal, é segurado obrigatório do IPC, observadas as seguintes condições:

a) tratando-se de mandato eletivo federal, estadual ou distrital, ficará afastado do seu cargo efetivo;

b) investido no mandato de Prefeito ou de Secretário, será afastado de seu cargo efetivo, sendo-lhe facultado optar pela remuneração no cargo efetivo ou pelo subsídio do cargo;

c) investido no mandato de Vereador, havendo compatibilidade de horários, exercerá os dois cargos e perceberá a remuneração no cargo efetivo, sem prejuízo do subsídio do cargo eletivo, e, não havendo compatibilidade, será aplicada a norma da alínea "b" deste inciso;

d) em qualquer caso que exija o afastamento para o exercício de mandato eletivo, seu tempo de serviço será contado para todos os efeitos legais;

e) Para efeito de benefício previdenciário, no caso de afastamento, os valores serão determinados como se no exercício estivesse.



Arraial do Cabo, Segunda-feira, 31 de Janeiro de 2022 - Edição: 502 - 32

Art. 57. São segurados não contribuintes do Regime Próprio de Previdência Social - RPPS, os dependentes dos segurados contribuintes.

Art. 58. São excluídos da categoria de segurados do Regime Próprio de Previdência Social - RPPS e sujeitos ao Regime Geral de Previdência Social - RGPS:

I - o servidor ocupante, exclusivamente, de cargo em comissão declarado em lei de livre nomeação e exoneração;

II - o servidor ocupante de função ou emprego temporário;

III - o Prefeito, o Vice-Prefeito e os Vereadores, salvo se servidores efetivos.

§ 1º - A submissão dos servidores de que trata o inciso I do caput deste artigo, ao Regime Geral de Previdência Social - RGPS, não implica a alteração do regime jurídico funcional a que se encontram sujeitos, nos termos da legislação municipal.

§ 2º - A aposentadoria do servidor, titular do cargo em comissão, junto ao Regime Geral de Previdência Social - RGPS, gera vacância do respectivo cargo, cessando os efeitos das vantagens pecuniárias relativas a esse cargo, caso venha a ser nomeado novamente para provimento de cargo em comissão.

Art. 59. Permanecerá vinculado ao Regime Próprio de Previdência Social - RPPS o servidor público municipal efetivo:

I - cedido para prestação de serviços junto a órgão ou ente público dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e de Municípios, inclusive do Município de ARRAIAL DO CABO, respectivas autarquias e fundações públicas, ainda que os respectivos regimes previdenciários permitam sua filiação em tal condição;

II - cedido para prestação de serviços junto à empresa pública ou sociedade de economia mista da Administração indireta da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, inclusive do Município de ARRAIAL DO CABO;

III - afastado ou licenciado com prejuízo da remuneração no cargo efetivo:

a) para tratar de assuntos particulares;

b) para o serviço militar;

c) recolhimento na prisão;

d) em razão de qualquer outra licença ou afastamento sem remuneração.

IV - durante o exercício de cargo em comissão, declarado em lei de livre nomeação e exoneração, ou função gratificada, no serviço público do Município de ARRAIAL DO CABO, por nomeação, ou designação, inclusive para substituição;

V - para o desempenho de mandato classista;

VI - para fruição da licença-prêmio por assiduidade.

Seção II

Dos Dependentes

Art. 60. São beneficiários do IPC, na condição de dependentes do segurado contribuinte:

I - o cônjuge, a companheira, o companheiro na constância, respectivamente, do casamento ou da união estável;

II - os filhos:

a) menores de 21 (vinte e um) anos, solteiros, não emancipados;

b) de qualquer idade os que estiverem totalmente inválidos ou incapazes.

Art. 61. São beneficiários do Regime Próprio de Previdência Social - RPPS, na condição de dependentes de segundo grau do segurado:

I - os pais;

II - os irmãos inválidos.

§ 1º A dependência econômica dos beneficiários indicados neste artigo deverá ser comprovada, constituindo requisito para a atribuição da qualidade de dependente e a fruição de benefícios, mediante critérios a serem estabelecidos em regulamento.

§ 2º A apresentação de documentos exigidos para a comprovação de dependência econômica não exclui a prerrogativa da Administração Pública para a realização de diligências visando a investigação da veracidade das informações apresentadas.

Art. 62. A existência de dependente de primeiro grau exclui o direito de inscrição dos dependentes de segundo grau.

Art. 63. Para efeitos da aplicação inciso II do artigo 61, que trata dos irmãos inválidos como segurados de segundo grau, deverão ser observadas as seguintes condições:

I - que a invalidez tenha se caracterizado antes do falecimento do segurado;

II - que a invalidez tenha sido determinada por eventos ocorridos em período anterior ao inválido ter atingido o limite de idade referida na alínea "a" do inciso II do artigo 60;

III - que tenham deficiência intelectual ou mental que os tornem absolutamente incapazes, assim declarados judicialmente, observadas as condições previstas para os filhos inválidos.

Art. 64. Para efeito do disposto no inciso I, *caput* do artigo 60 desta Lei, é reconhecida como entidade familiar a união estável entre o homem e a mulher, configurada na convivência pública, contínua e duradoura e estabelecida com o objetivo de constituição de família.

Art. 65. Equiparar-se-ão ao cônjuge ou ao companheiro de união estável o cônjuge separado judicialmente ou de fato, o divorciado e o ex-companheiro de união estável que recebam pensão alimentícia.

Art. 66. Na hipótese de não haver dependentes enumerados nos incisos I e II do artigo 60 desta Lei, poderão ser considerados dependentes os pais que encontrarem-se sob a dependência econômica permanente ou que encontrarem-se sob sustento alimentar do segurado.

Art. 67. A dependência econômica dos beneficiários indicados no inciso I e II do artigo 60 desta Lei é presumida, salvo prova em contrário, e a dos demais deverá ser comprovada na forma em que dispuser o regulamento, inclusive adotados os procedimentos de pesquisa social e outros que se fizerem necessários para comprovação da dependência econômica.

Art. 68. A existência de dependentes será verificada exclusivamente na data do óbito do servidor, não podendo ser consideradas a incapacidade, a invalidez ou alterações de condições dos dependentes, supervenientes à morte do segurado para efeitos de concessão de benefícios previdenciários.

Art. 69. Os dependentes discriminados nos incisos I e II do artigo 60 desta Lei concorrem entre si para a percepção do benefício da pensão.

Art. 70. O segurado não poderá designar beneficiários em condição distinta das previstas nesta Lei, ainda que integrem a sua família.

Art. 71. Considera-se companheiro ou companheira a pessoa que, sem ser casada, mantém união estável com o segurado na forma da lei civil, incluídas as uniões homoafetivas.

Art. 72. Não terá direito à percepção dos benefícios previdenciários:

I - o cônjuge separado judicialmente ou divorciado;

II - o separado de fato ou a(o) ex-companheiro(a), se encerrada a união estável;



Arraial do Cabo, Segunda-feira, 31 de Janeiro de 2022 - Edição: 502 - 32

Parágrafo único. Se comprovado que o beneficiário recebia pensão alimentícia para sua subsistência, concorrerá com os demais dependentes referidos no inciso I e II do artigo 60 desta lei.

Art. 73. Para efeitos desta Lei:

I - a comprovação da invalidez ou incapacidade de beneficiário será feita mediante perícia médica e será periodicamente renovada;

II - será exigida declaração judicial para a incapacidade mental ou intelectual.

Seção III

Da Filiação e da Inscrição

Subseção I

Da Filiação

Art. 74. Filiação é o vínculo jurídico que se estabelece entre os segurados e o **IPC** do qual decorrem direitos e obrigações.

§ 1º A filiação opera-se automática e obrigatoriamente no momento da investidura de servidor em cargo de provimento efetivo da Administração Direta, Autárquica, Fundacional e do Poder Legislativo do Município de ARRAIAL DO CABO, considerada para esse fim, a data do início do exercício do cargo.

§ 2º A filiação dos dependentes decorrerá de ato a cargo do segurado.

§ 3º A filiação, por si só, não gera efeitos para os fins previstos nesta Lei e uma vez efetuada em decorrência de ato ilícito, será nula de pleno direito.

Subseção II

Da Inscrição

Art. 75. Considera-se inscrição o ato administrativo por meio do qual o segurado e os seus dependentes são cadastrados no **IPC**.

Art. 76. A inscrição, por si só, não gera efeitos para os fins previstos nesta lei e uma vez efetuada em decorrência de ato ilícito, será nula de pleno direito.

Subseção III

Da Inscrição do Segurado

Art. 77. A inscrição do segurado será realizada compulsoriamente, mediante entrega de ficha cadastral padronizada pelo **IPC** devidamente preenchida e acompanhada de cópia da documentação do processo de admissão do segurado.

Art. 78. A ficha cadastral é documento de preenchimento obrigatório no momento da posse do servidor no cargo efetivo, da qual constarão, entre outras informações:

I - seus dados pessoais;

II - informações sobre a sua saúde;

III - informações sobre seus dependentes;

IV - informações sobre a existência de acumulação de cargos, empregos e funções;

V - informações sobre o tempo de contribuição anterior a outros regimes previdenciários;

VI - informações sobre se o beneficiário acumula proventos de outro Regime Próprio de Previdência Social - RPPS ou se percebe proventos do Regime Geral de Previdência Social - RGPS.

Parágrafo único. O **IPC** poderá, a qualquer momento, solicitar a comprovação dos dados lançados na ficha cadastral pelo órgão de gestão de pessoal ao qual o segurado encontra-se vinculado.

Art. 79. A atualização dos dados da ficha cadastral junto ao **IPC** ficará sob a responsabilidade do segurado.

Art. 80. Ao segurado afastado com prejuízo de remuneração, aplica-se o

disposto nos artigos 48 ao 53 desta Lei.

Subseção IV

Da inscrição de dependente

Art. 81. Caberá ao segurado a inscrição de seus dependentes preferencialmente no ato de sua inscrição no Regime Próprio de Previdência Social - RPPS.

§ 1º O segurado será responsável administrativamente, civilmente e criminalmente pela inscrição de dependentes realizada com base em documentos e informações por ele fornecidos.

§ 2º É de responsabilidade do segurado a atualização dos dados de seus dependentes junto ao **IPC**.

§ 3º O **IPC** poderá emitir documento de identificação específica para os dependentes dos segurados, para produzir efeitos exclusivamente perante o Regime Próprio de Previdência Social - RPPS.

Art. 82. A inscrição do dependente será feita mediante requerimento instruído com a documentação necessária à qualificação individual, comprovando-se o vínculo jurídico e econômico, na seguinte conformidade:

I - para os dependentes preferenciais:

a) cônjuge e filhos: certidões de casamento e de nascimento;

b) companheira ou companheiro: documento de identidade, declaração de união estável e certidão de casamento com averbação da separação judicial ou divórcio, quando um dos companheiros ou ambos já tiverem sido casados, ou de óbito, se for o caso;

§ 1º Para comprovação do vínculo e da dependência econômica, poderão ser apresentados no mínimo 03 (três) documentos, observado o disposto nos parágrafos 3º, 4º e 5º deste artigo:

I - certidão de nascimento de filho havido em comum;

II - certidão de casamento religioso;

III - declaração do Imposto de renda do segurado, em que conste o interessado como seu dependente;

IV - disposições testamentárias;

V - anotação constante na ficha funcional do segurado, feita pelo Órgão competente;

VI - declaração especial feita perante tabelião;

VII - prova de mesmo domicílio;

VIII - prova de encargos domésticos evidentes e existência de sociedade ou comunhão nos atos da vida civil;

IX - procuração ou fiança reciprocamente outorgada;

X - conta bancária conjunta;

XI - registro em Associação de qualquer natureza, onde conste o interessado como dependente do segurado;

XII - apólice de seguro da qual conste o segurado como instituidor do seguro e a pessoa interessada como seu dependente;

XIII - ficha de tratamento em Instituição de assistência médica, da qual conste o segurado como responsável.

XIV - escritura de compra e venda de imóvel pelo participante em nome de dependente;

XV - declaração de não emancipação do dependente menor de dezoito anos;

XVI - quaisquer outros que possam levar à convicção do fato a comprovar.

§ 2º Fato superveniente que importe em exclusão ou inclusão de dependente deverá ser comunicado **IPC**, com as provas aptas a sua demonstração.

§ 3º O segurado casado, separado de fato, só poderá realizar a inscrição de

Arraial do Cabo, Segunda-feira, 31 de Janeiro de 2022 - Edição: 502 - 32

companheira mediante decisão judicial ou comprovação de união estável, sendo vedada a inscrição de companheira enquanto estiver na constância de casamento com outra pessoa.

§ 4º Na hipótese de dependente inválido, para fins de inscrição e concessão de benefício, deve ser observado o disposto no art. 63 desta Lei.

§ 5º Os dependentes excluídos de tal condição em razão de Lei terão suas inscrições tornadas nulas de pleno direito.

§ 6º Sem prejuízo das exigências estabelecidas neste artigo, o IPC poderá adotar procedimentos de pesquisa social e outros que se fizerem necessários para comprovação da dependência econômica para efeitos desta Lei.

Art. 83. Na hipótese de falecimento do segurado sem que tenha ocorrido a inscrição dos dependentes, companheiro ou companheira, caberá a estes promovê-la na forma prevista no artigo 81 desta lei.

Seção V

Da Perda da Qualidade de Segurado e de Dependente

Art. 84. Perderá a qualidade de segurado o servidor que se desligar do serviço público municipal por qualquer forma de desvinculação do regime admitida em direito.

§ 1º O segurado que deixar de pertencer ao Regime Estatutário dos Servidores Públicos Municipais, terá sua filiação e sua inscrição, automaticamente cancelada, inclusive de seus dependentes, perdendo o direito a todo e qualquer benefício previsto nesta Lei.

§ 2º A perda da qualidade de segurado não ensejará a devolução das contribuições recolhidas ao Regime Próprio de Previdência Social RPPS do Município de ARRAIAL DO CABO, assegurada, ao interessado, a certificação do tempo de contribuição ao regime, na forma da Lei.

Art. 85. A perda da qualidade de dependente ocorrerá:

I - para o cônjuge:

Pelo divórcio ou pela **separação judicial ou de fato, enquanto não lhe for assegurada a prestação de alimentos;**

pela anulação do casamento com sentença judicial transitada em julgado;

b) pelo estabelecimento de união estável ou novo casamento;

II - Para a companheira ou companheiro: pela cessação da união estável com o segurado ou segurada, enquanto não lhe for assegurada a prestação de alimentos;

III - Para os filhos: pela emancipação ou ao completarem 21 (vinte e um) anos de idade, salvo se total e permanentemente inválidos ou incapazes, quando menores;

IV - Para o beneficiário inválido: pela emancipação, exceto se decorrente de colação de grau em curso de educação superior;

V - Para os dependentes em geral:

a) pela cessação da invalidez ou incapacidade, desde que comprovada mediante perícia médica designada pelo IPC;

b) pela cessação da dependência econômica daqueles que comprovaram essa condição;

VI - pelo óbito;

VII - pela renúncia expressa;

VIII - por qualquer forma de desvinculação do regime jurídico do segurado, admitida em direito;

IX - pela prática de atos de indignidade ou deserção, na forma da lei civil.

§ 1º O dependente que incorrer em uma das hipóteses previstas neste artigo terá sua inscrição automaticamente cancelada, perdendo o direito a todo e

qualquer benefício previsto nesta lei.

§ 2º A ocorrência da perda da qualidade de dependente será comprovada por documento hábil, na forma e condições estabelecidas pelo IPC.

TÍTULO V

DO PLANO DE BENEFÍCIOS

CAPÍTULO I

DOS BENEFÍCIOS EM ESPÉCIE

Art. 86. São benefícios do Regime Próprio de Previdência Social - RPPS do IPC:

I - quanto ao segurado:

a) Aposentadoria por incapacidade permanente;

b) Aposentadoria compulsória;

c) Aposentadoria voluntária por idade e tempo de contribuição;

d) Aposentadoria voluntária por idade;

e) Aposentadoria especial;

II - quanto ao dependente:

a) Pensão por morte;

SEÇÃO I

DA APOSENTADORIA POR INCAPACIDADE PERMANENTE

Art. 87. A aposentadoria por incapacidade permanente será devida ao segurado que, estando ou não em fruição de auxílio por incapacidade temporária, for considerado incapaz e insuscetível de reabilitação para o exercício das atribuições inerentes ao cargo para o qual foi provido, ensejando o pagamento de proventos a este título enquanto permanecer nessa condição.

§ 1º A aposentadoria por incapacidade permanente será precedida de Licença para Tratamento de Saúde, por um período mínimo de 24 (vinte e quatro) meses ininterruptos.

§ 2º O lapso de tempo compreendido entre a data do término da licença para tratamento de saúde e a data da publicação do ato de aposentadoria será considerado como de prorrogação da referida licença.

§ 3º A concessão de aposentadoria por incapacidade permanente ficará condicionada a verificação da incapacidade mediante a expedição de Laudo Pericial a cargo de Junta Médica, podendo o segurado, a suas expensas, fazer-se acompanhar de médico de sua confiança.

§ 4º Na hipótese de doença que imponha afastamento compulsório ao segurado, atestada em laudo conclusivo de medicina especializada, a concessão da aposentadoria por incapacidade permanente ficará condicionada a sua ratificação pela Junta Médica ou órgão credenciado a que se refere o parágrafo anterior.

§ 5º O segurado terá direito ao pagamento do benefício previsto no caput a partir da data da publicação do ato de sua concessão.

Art. 88. A doença ou lesão de que o segurado já era portador ao filiar-se ao Regime Próprio de Previdência Social - RPPS, não lhe conferirá direito a aposentadoria por incapacidade permanente, salvo quando a doença ou lesão de que já era portador lhe conferisse condições para admissão no serviço público, e, posteriormente, em razão de progressão ou agravamento dessa doença ou lesão, tenha ocorrido a incapacidade definitiva.

Parágrafo único. A progressão ou agravamento da doença a que se refere o caput deste artigo, deverá obrigatoriamente decorrer do exercício das atividades funcionais a que se encontra submetido o segurado, a ser atestada pela Junta Médica do IPC.



Arraial do Cabo, Segunda-feira, 31 de Janeiro de 2022 - Edição: 502 - 32

Art. 89. A aposentadoria por incapacidade permanente terá proventos proporcionais ao tempo de contribuição, exceto se decorrente de acidente em serviço, moléstia profissional ou doença grave, contagiosa ou incurável.

Art. 90. Considera-se doença grave, contagiosa ou incurável:

- I** - a tuberculose ativa;
 - II** - a hanseníase;
 - III** - a alienação mental;
 - IV** - a neoplasia maligna;
 - V** - a cegueira;
 - VI** - a Paralisia irreversível e incapacitante;
 - VII** - a cardiopatia grave;
 - VIII** - a doença de Parkinson;
 - IX** - a espondiloartrose anquilosante;
 - X** - a nefropatia grave;
 - XI** - o estado avançado da doença de paget (osteíte deformante);
 - XII** - a síndrome da deficiência imunológica adquirida – AIDS;
 - XIII** - a contaminação por radiação, com base em conclusão da medicina especializada;
 - XIV** - a hepatopatia, bem como outras doenças especificadas na legislação do Regime Geral de Previdência Social - RGPS.
- Art. 91.** Considera-se acidente em serviço aquele ocorrido no exercício do cargo, ou que se relacione, direta ou indiretamente, com as atribuições deste, que provoque lesão corporal, perturbação funcional, perda ou redução, permanente ou temporária, da capacidade laborativa.
- Art. 92. Para os efeitos desta Lei, equiparam-se ao acidente em serviço:
- I** - aquele ligado ao serviço que, embora não tenha sido a causa única, tenha contribuído diretamente para a redução ou perda da capacidade laborativa ou produzido lesão que exija atenção médica para a sua recuperação;
 - II** - aquele sofrido pelo segurado no local e no horário do trabalho, em consequência de:
 - a)** ato de agressão, sabotagem ou terrorismo praticado por terceiro ou companheiro de trabalho;
 - b)** ofensa física intencional, inclusive de terceiros, por motivo de disputa relacionada ao trabalho;
 - c)** ato de imprudência, negligência ou de imperícia de terceiro ou de companheiro de trabalho;
 - d)** ato de pessoa privada do uso da razão;
 - e)** desabamento, inundação, incêndio e outros casos fortuitos ou decorrentes de força maior;
 - III** - a doença proveniente de contaminação acidental do segurado no exercício do cargo;
 - IV** - o acidente sofrido pelo segurado ainda que fora do local e horário de serviço:
 - a)** na execução de ordem ou na realização de serviço relacionado ao cargo;
 - b)** na prestação espontânea de qualquer serviço ao município para lhe evitar prejuízo ou proporcionar proveito;
 - c)** em viagem de trabalho ou no interesse do trabalho, inclusive para estudo, quando financiada ou autorizada pelo Município dentro de seus planos para capacitação de mão-de-obra, ou para atendimento de interesse público, independentemente do meio de locomoção utilizado, inclusive veículo de propriedade do segurado;
 - d)** no percurso da residência para o local de trabalho ou deste para aquela,

qualquer que seja o meio de locomoção, inclusive veículo de propriedade do segurado.

Art. 93. Os períodos destinados a refeição e descanso ou por ocasião da satisfação de outras necessidades fisiológicas, no local de trabalho ou durante este, o segurado será considerado no exercício de seu cargo.

Art. 94. A aposentadoria por incapacidade permanente poderá ser revertida por requerimento do segurado ou "ex officio" quando insubsistentes os motivos da aposentadoria.

Parágrafo único. Em ambas as hipóteses previstas no caput, somente ocorrerá a reversão quando o servidor reunir condições de readaptar-se ao exercício de suas atividades laborais ou de atividade mais compatível com sua capacidade física ou intelectual, em conformidade com a perícia a cargo da Junta Médica Municipal.

Art. 95. O aposentado por incapacidade permanente que retornar à atividade terá sua aposentadoria automaticamente cessada, a partir da data da publicação do ato concessório da reversão.

Art. 96. O segurado que retornar à atividade poderá requerer, a qualquer tempo, novo benefício, em conformidade com esta Lei.

Art. 97. É condição para a manutenção da aposentadoria por incapacidade permanente, que o beneficiário submeta-se a nova reavaliação pericial a cada 24 (vinte e quatro) meses, sendo-lhe facultado fazer-se acompanhar de médico de sua confiança, desde que às suas expensas.

Parágrafo único. Na ocasião da reavaliação pericial, o segurado deverá apresentar declaração de que não se encontra exercendo nenhuma atividade laboral.

Art. 98. Os procedimentos necessários à instauração do processo administrativo de concessão de aposentadoria por incapacidade permanente estão regulamentados nesta lei.

SEÇÃO II

DA APOSENTADORIA COMPULSÓRIA

Art. 99. O segurado será compulsoriamente aposentado aos 75 (setenta e cinco) anos de idade, com proventos proporcionais ao tempo de contribuição.

Art. 100. A aposentadoria será declarada por ato da autoridade competente, retroagindo seus efeitos ao dia imediato àquele em que o servidor atingir a idade-limite de permanência no serviço público, inclusive quanto à aquisição de vantagens e direitos, devendo ser declarada, imediatamente, a vacância do cargo e ensejando Pagamento de proventos a partir do mês subsequente ao da publicação do ato concessório.

SEÇÃO III

DA APOSENTADORIA VOLUNTÁRIA POR IDADE E TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO

Art. 101. O segurado fará jus à aposentadoria voluntária por tempo de contribuição e idade com proventos calculados na forma desta Lei, desde que preencha, cumulativamente, os seguintes requisitos:

I - tempo mínimo de 10 (dez) anos de efetivo exercício no serviço público federal, estadual, distrital ou municipal;

II - tempo mínimo de 05 (cinco) anos de efetivo exercício no cargo em que se dará a aposentadoria;

III - 60 (sessenta) anos de idade e 35 (trinta e cinco) anos de contribuição, se homem, e 55 (cinquenta e cinco) anos de idade e 30 (trinta) anos de contribuição, se mulher.

SEÇÃO IV



Arraial do Cabo, Segunda-feira, 31 de Janeiro de 2022 - Edição: 502 - 32

DA APOSENTADORIA VOLUNTÁRIA POR IDADE

Art. 102. O segurado fará jus à aposentadoria voluntária por idade, com proventos proporcionais ao tempo de contribuição, calculados na forma prevista nesta Lei, desde que preencha, cumulativamente, os seguintes requisitos:

I - tempo mínimo de 10 (dez) anos de efetivo exercício no serviço público federal, estadual, distrital ou municipal;

II - tempo mínimo de 05 (cinco) anos de efetivo exercício no cargo em que se dará a aposentadoria;

III - 65 (sessenta e cinco) anos de idade, se homem, e 60 (sessenta) anos de idade, se mulher.

SEÇÃO V

DA APOSENTADORIA ESPECIAL DO PROFESSOR

Art. 103. O professor que comprove, exclusivamente, tempo de efetivo exercício das funções de magistério na educação infantil e no ensino fundamental e médio, quando da aposentadoria prevista nesta Lei, terá os requisitos de idade e de tempo de contribuição reduzidos em 05 (cinco) anos.

Parágrafo único. Serão consideradas funções de magistério as exercidas por professores no desempenho de atividades educativas, quando exercidas em estabelecimento de educação básica, formada pela educação infantil, ensino fundamental e médio, em seus diversos níveis e modalidades, incluídas, além do exercício de docência, as de direção de unidade escolar e as de coordenação e assessoramento pedagógico.

Subseção I

Da Contagem de Tempo

Art. 104. Para efeito de aposentadoria, a contagem do tempo de serviço ou de contribuição observará as seguintes condições:

I - será computado como tempo de serviço público o prestado aos entes federativos, bem como aos entes da Administração indireta federal, estadual, distrital municipal;

II - o tempo de serviço considerado pela legislação vigente para efeito de aposentadoria, cumprido até a lei que discipline a matéria, será contado como tempo de contribuição;

III - será computado, integralmente, o tempo de contribuição no serviço público federal, estadual, distrital ou municipal, prestado sob a égide de qualquer regime jurídico de trabalho, bem como o tempo de contribuição junto ao Regime Geral de Previdência Social - RGPS;

IV - o tempo de serviço ou de contribuição extramunicipal, só será computado, desde que certificado pelo órgão competente, na forma da lei, e devidamente averbado, vedado seu aproveitamento para concessão de benefício pecuniário, de qualquer ordem, com efeitos retroativos;

V - não será computado tempo de serviço ou de contribuição já utilizado para outro benefício previdenciário;

VI - não será permitida a contagem em dobro de tempo de serviço ou de contribuição;

VII - no caso de acumulação lícita, o tempo de contribuição referente a cada cargo será computado isoladamente, não sendo permitida a contagem do tempo anterior a que se refere o inciso II deste artigo para mais de um benefício;

VIII - o tempo de afastamento ou de licenciamento temporário do cargo efetivo nas hipóteses previstas nos artigos 51 e 53 desta lei somente será computado como tempo de contribuição, mediante o recolhimento mensal das

contribuições previdenciárias ao regime;

IX - o tempo de afastamento do cargo efetivo, sem remuneração, para tratar de assuntos particulares ou para tratar de pessoa da família, somente será computado como tempo de contribuição, mediante o recolhimento de contribuições previdenciárias ao regime e não será considerado como tempo de carreira e de cargo;

X - o tempo de afastamento ou de licenciamento temporário do cargo efetivo de professor, inclusive para cumprimento de mandato classista ou para participação de curso de formação ou aperfeiçoamento profissional com afastamento total, não será computado como função do magistério, exceto se para o exercício das funções de direção, coordenação ou assessoramento pedagógico na unidade escolar;

XI - o tempo de afastamento para cumprimento de serviço militar obrigatório será contado para efeito de aposentadoria;

XII - não será computado o tempo em que o servidor permaneceu aposentado, em qualquer hipótese de reversão ou de retorno ao serviço público efetuado na forma da lei;

XIII - as aposentadorias concedidas com base na contagem de tempo de contribuição deverão evidenciar o tempo de contribuição na atividade privada, e de contribuição na condição de servidor público titular de cargo efetivo, conforme o caso, para fins de compensação financeira, na forma da lei federal específica;

XIV - Para fins de enquadramento nas regras provisórias de aposentadoria, previstas nas Emendas Constitucionais nº 20, de 1998; nº 41, de 2003; nº 47, de 2005 e 70, de 2012, será considerado como tempo de serviço público exclusivamente o prestado na Administração Pública Direta, autarquias e fundações públicas ou nos órgãos constitucionais, na condição de servidor titular de cargo ou emprego público, aprovado em concurso público.

Art. 105. Para efeito de aposentadoria, é assegurada a contagem recíproca do tempo de contribuição na Administração Pública e na atividade privada, rural e urbana, hipótese em que os diversos regimes de previdência social se compensarão financeiramente, segundo critérios estabelecidos na legislação federal pertinente.

§ 1º A contagem de tempo do servidor abrangido por esta lei, em regime de atividade especial ou de risco, somente será feita mediante autorização legal e nos termos da legislação federal pertinente, observadas as disposições legais relativas à compensação previdenciária entre os regimes de previdência social.

§ 2º A contagem de tempo em atividade rural só será feita mediante a comprovação do recolhimento da contribuição previdenciária e devidamente certificado pelo Regime Geral de Previdência Social - RGPS.

Art. 106. Para fins de concessão de aposentadoria, na contagem de tempo, serão observadas as seguintes condições:

I - o tempo de efetivo exercício no serviço público;

II - o tempo no cargo deverá ser cumprido no cargo efetivo do qual o servidor seja titular na data imediatamente anterior à da concessão da aposentadoria;

III - o tempo na carreira, na hipótese de o cargo em que se der a aposentadoria não estar inserido em plano de carreira, deverá ser cumprido no último cargo efetivo;

IV - não será considerado como tempo de efetivo exercício no serviço público, o tempo em que o servidor estiver afastado ou licenciado, ainda que tenha recolhido as contribuições devidas ao Regime Próprio de Previdência

Arraial do Cabo, Segunda-feira, 31 de Janeiro de 2022 - Edição: 502 - 32

Social - RPPS, exceto se comprovado o exercício em cargo, emprego ou função na Administração Pública Direta ou Indireta de qualquer nível de governo;

V - será considerado como tempo no cargo efetivo, tempo de carreira e tempo de efetivo exercício no serviço público, o período em que o servidor estiver afastado para:

- a)** exercício de mandato eletivo;
- b)** cedido a ente ou órgão público, do mesmo ou de outro ente federativo, com ou sem ônus para o cessionário;
- c)** para desempenho de mandato classista;
- d)** fruição da licença-prêmio;
- e)** exercício de cargo em comissão ou de Agente Político na Administração Pública Municipal Direta ou Indireta;
- f)** fora do país, por cessão ou licenciamento com remuneração;
- g)** Participar de curso de formação ou aperfeiçoamento profissional, com remuneração;

VI - na apuração do tempo no cargo efetivo, serão observadas as alterações de denominação determinadas pela legislação municipal, inclusive as produzidas por reclassificação ou reestruturação dos cargos e carreiras;

VII - são consideradas funções de magistério as exercidas por professores no desempenho de atividades educativas, quando em estabelecimento de educação básica, formada pela educação infantil e ensino fundamental e médio, em seus diversos níveis e modalidades, incluídas, além do exercício de docência, as de direção de unidade escolar e as de coordenação e assessoramento pedagógico;

VIII - não será considerado como tempo de efetivo exercício no serviço público, tempo de carreira e de cargo, o tempo em que o servidor estiver afastado por prisão;

§ 1º É vedada a averbação de tempo de contribuição vertido ao Regime Geral de Previdência Social - RGPS ou de outros Regimes Próprios de Previdência Social - RPPS para efeito de aposentadoria, relativo a períodos concomitantes ao tempo que o servidor estiver:

I - afastado ou licenciado com prejuízo da remuneração no cargo efetivo:

- a)** para tratar de assuntos particulares;
- b)** para o serviço militar;
- c)** recolhimento na prisão;
- d)** em razão de qualquer outra licença ou afastamento sem remuneração;

II - para o desempenho de mandato classista;

III - para fruição da licença-prêmio por assiduidade.

§ 2º Fica vedada a contagem de tempo de serviço em atividade privada, comprovada somente por justificativa administrativa ou judicial.

§ 3º Não será concedida, para fins de obtenção de benefícios em outros regimes previdenciários, certidão de tempo de serviço ou de contribuição, do período de tempo que está sendo utilizado na relação jurídica estatutária do servidor.

§ 4º É vedada a contagem de tempo de contribuição na forma do disposto no inciso VII do "caput" deste artigo, aos titulares de cargos efetivos de especialistas da educação;

§ 5º Aos professores de carreira não se aplicam as disposições contidas no inciso V, alíneas, a, b, c, e, f, g deste artigo, para fins de obtenção de aposentadoria especial.

§ 6º A expedição de certidões de tempo de contribuição ou de comprovação

deverá observar a legislação federal competente.

Art. 107. É vedada a acumulação de proventos de aposentadoria com a remuneração de cargo, função ou emprego público, ressalvadas as hipóteses de acumulação de cargos previstas na Constituição Federal, bem como a acumulação de proventos com remuneração decorrente de cargos em comissão e de cargos eletivos.

§ 1º Os segurados contribuintes que tenham reingressado no serviço público municipal até 16 de dezembro de 1998, por concurso público de provas ou de provas e títulos e pelas demais formas previstas na Constituição Federal, poderão acumular proventos com remuneração, sendo-lhes proibida, porém, a percepção de mais de uma aposentadoria pelo Regime Próprio de Previdência Social ou por outros regimes próprios, decorrente dessa acumulação, consoante o que estabelece o art. 11 da Emenda Constitucional nº 20, de 1998.

§ 2º Na ocorrência da hipótese prevista no § 1º deste artigo, o servidor deverá optar pela situação mais vantajosa.

SUBSEÇÃO II DAS REGRAS DE TRANSIÇÃO PARA A CONCESSÃO DE APOSENTADORIA

Art. 108. Ao servidor que tenha ingressado por concurso público de provas ou de provas e títulos em cargo efetivo na Administração Pública Direta, Autárquica e Fundacional da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, até 16 de dezembro de 1998, é facultado aposentar-se com proventos calculados de acordo com o que dispõe o § 5º deste artigo, quando o servidor, cumulativamente:

I - tiver 53 (cinquenta e três) anos de idade, se homem, e 48 (quarenta e oito) anos de idade, se mulher;

II - tiver 05 (cinco) anos de efetivo exercício no cargo em que se der a aposentadoria;

III - contar tempo de contribuição igual, no mínimo, à soma de:

- a)** 35 (trinta e cinco) anos, se homem, e 30 (trinta) anos, se mulher;
- b)** um período adicional de contribuição equivalente a 20% (vinte por cento) do tempo que, na data prevista no caput, faltava para atingir o limite de tempo constante da alínea "a".

§ 1º O servidor de que trata este artigo que cumprir as exigências para aposentadoria na forma do caput terá os seus proventos de inatividade reduzidos para cada ano antecipado em relação aos limites de idade estabelecidos, na seguinte proporção:

I - 3,5% (três e meio por cento) para aquele que tiver completado as exigências para aposentadoria na forma do caput até 31 de dezembro de 2005, independentemente de a concessão do benefício ocorrer em data posterior àquela;

II - 5% (cinco por cento) para aquele que completar as exigências para aposentadoria na forma do caput a partir de 1º de janeiro de 2006.

§ 2º O número de anos antecipados para cálculo da redução de que trata o § 1º será verificado no momento da concessão do benefício.

§ 3º Os percentuais de redução de que tratam os incisos I e II do § 1º serão aplicados sobre o valor do benefício inicial calculado pela média das contribuições, em conformidade com o art. 125 desta Lei, verificando-se previamente a observância ao limite da remuneração do servidor no cargo efetivo, previsto no § 9º do mesmo artigo.

§ 4º O segurador professor, de qualquer nível de ensino, que, até a data de



Arraial do Cabo, Segunda-feira, 31 de Janeiro de 2022 - Edição: 502 - 32

publicação da Emenda Constitucional nº 20, tenha ingressado, regularmente, em cargo efetivo de magistério na União, Estados, Distrito Federal ou Municípios, incluídas suas autarquias e fundações, e que opte por aposentar-se na forma do disposto no caput, terá o tempo de serviço exercido até a publicação daquela Emenda contado com o acréscimo de 17% (dezesete por cento), se homem, e de 20% (vinte por cento), se mulher, desde que se aposente, exclusivamente, com tempo de efetivo exercício nas funções de magistério, observado o disposto nos §§ 1º, 2º e 3º.

§ 5º As aposentadorias concedidas conforme este artigo serão reajustadas nos mesmos índices e datas em que se der o reajuste dos benefícios do Regime Geral de Previdência Social – RGPS.

Art. 109. Ressalvado o direito de opção à aposentadoria pelas normas estabelecidas nesta Lei, o segurado do Regime Geral de Previdência Social - RPPS que tiver ingressado no serviço público na Administração Pública Direta, Autárquica e Fundacional da União, Estados, Distrito Federal e Municípios, até 31 de dezembro de 2003, poderá aposentar-se com proventos integrais, que corresponderão à totalidade da remuneração do servidor no cargo efetivo em que se der a aposentadoria quando, observadas as reduções de idade e tempo de contribuição contidas no art. 101 vier a preencher, cumulativamente, as seguintes condições:

I - 60 (sessenta) anos de idade, se homem, e cinquenta e cinco anos de idade, se mulher;

II - 35 (trinta e cinco) anos de contribuição, se homem, e trinta anos de contribuição, se mulher;

III - 20 (vinte) anos de efetivo exercício no serviço público federal, estadual, distrital ou municipal;

IV - 10 (dez) anos de carreira e 05 (cinco) anos de efetivo exercício no cargo em que se der a aposentadoria.

Parágrafo único. Os proventos das aposentadorias concedidas conforme este artigo serão revistos na mesma proporção e na mesma data, sempre que se modificar a remuneração dos servidores em atividade, observado o disposto no artigo 37, XI, da Constituição Federal, sendo também estendidos aos aposentados quaisquer benefícios ou vantagens posteriormente concedidas aos servidores em atividade, inclusive quando decorrentes da transformação ou reclassificação do cargo ou função em que se deu a aposentadoria.

Art. 110. Ressalvado o direito de opção à aposentadoria pelas normas estabelecidas nesta Lei, o servidor que tiver ingressado no serviço público da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, incluídas suas autarquias e fundações, até 16 de dezembro de 1998, poderá aposentar-se com proventos integrais, desde que preencha, cumulativamente, as seguintes condições:

I - 35 (trinta e cinco) anos de contribuição, se homem, e 30 (trinta) anos de contribuição, se mulher;

II - 25 (vinte e cinco) anos de efetivo exercício no serviço público federal, estadual, distrital ou municipal, 15 (quinze) anos de carreira e 05 (cinco) anos no cargo em que se der a aposentadoria;

III - idade mínima resultante da redução, relativamente aos limites de idade desta Lei, de 01 (um) ano de idade para cada ano de contribuição que exceder a condição prevista no inciso I do caput deste artigo.

§ 1º Na aplicação dos limites de idade previsto no inciso III do caput, não se aplica a redução prevista nesta Lei relativa ao professor.

§ 2º Os proventos das aposentadorias concedidas conforme este artigo serão revistos na mesma proporção e na mesma data, sempre que se modificar a remuneração dos servidores em atividade, observado o disposto no artigo 37, XI, da Constituição Federal, sendo também estendidos aos aposentados quaisquer benefícios ou vantagens posteriormente concedidas aos servidores em atividade, inclusive quando decorrentes da transformação ou reclassificação do cargo ou função em que se deu a aposentadoria, observando-se igual critério de revisão às pensões derivadas dos proventos de servidores falecidos que tenham se aposentado em conformidade com este artigo.

Art. 111. Observado o disposto no artigo 37, XI, da Constituição Federal, os proventos de aposentadoria dos segurados do Regime Geral de Previdência Social e as pensões de seus dependentes, em fruição em 31 de dezembro de 2003, serão revistos na mesma proporção e na mesma data, sempre que se modificar a remuneração dos servidores em atividade, sendo também estendidos aos aposentados e pensionistas quaisquer benefícios ou vantagens posteriormente concedidos aos servidores em atividade, inclusive quando decorrentes da transformação ou reclassificação do cargo ou função em que se deu a aposentadoria ou que serviu de referência para a concessão da pensão.

Art. 112. Os servidores da Administração Pública Direta, Autárquica, Fundacional e do Poder Legislativo do Município de ARRAIAL DO CABO, que tenha ingressado no serviço público até 31 de dezembro de 2003 e que venha a se aposentar por incapacidade permanente, com fundamento no inciso I do § 1º do art. 40 da Constituição Federal, terão direito a proventos de aposentadoria calculados com base na remuneração do cargo efetivo em que se der a aposentadoria, na forma da lei, não sendo aplicáveis às disposições constantes no art. 89 desta lei.

Parágrafo único. Aplica-se ao valor dos proventos de aposentadorias concedidas com base no caput o disposto no art. 111 desta lei, observando-se igual critério às pensões derivadas dos proventos desses servidores.

SEÇÃO VI DA PENSÃO POR MORTE

Art. 113. A pensão por morte concedida a dependente de servidor do Regime Próprio de Previdência Social será equivalente a uma cota familiar de 50% (cinquenta por cento) do valor da aposentadoria recebida pelo servidor ou daquela a que teria direito se fosse aposentado por incapacidade permanente na data do óbito, acrescida de cotas de 10 (dez) pontos percentuais por dependente, até o máximo de 100% (cem por cento).

§ 1º As cotas por dependente cessarão com a perda dessa qualidade e não serão reversíveis aos demais dependentes, preservado o valor de 100% (cem por cento) da pensão por morte quando o número de dependentes remanescente for igual ou superior a 5 (cinco).

§ 2º Na hipótese de existir dependente inválido ou com deficiência intelectual, mental ou grave, o valor da pensão por morte de que trata o caput será equivalente a:

I - 100% (cem por cento) da aposentadoria recebida pelo servidor ou daquela a que teria direito se fosse aposentado por incapacidade permanente na data do óbito, até o limite máximo de benefícios do Regime Geral de Previdência Social; e

II - uma cota familiar de 50% (cinquenta por cento) acrescida de cotas de 10 (dez) pontos percentuais por dependente, até o máximo de 100% (cem por

Arraial do Cabo, Segunda-feira, 31 de Janeiro de 2022 - Edição: 502 - 32

cento), para o valor que supere o limite máximo de benefícios do Regime Geral de Previdência Social.

§ 3º Quando não houver mais dependente inválido ou com deficiência intelectual, mental ou grave, o valor da pensão será recalculado na forma do disposto no caput e no § 1º.

§ 4º Para o dependente inválido ou com deficiência intelectual, mental ou grave, sua condição pode ser reconhecida previamente ao óbito do segurado, por meio de avaliação biopsicossocial realizada por equipe multiprofissional e interdisciplinar, observada revisão periódica na forma da legislação.

§ 5º Equiparam-se a filho, para fins de recebimento da pensão por morte, exclusivamente o enteado e o menor tutelado, desde que comprovada a dependência econômica.

§ 6º Será concedida pensão provisória por morte presumida do segurado, nas seguintes hipóteses:

I - sentença declaratória de ausência, expedida por autoridade judiciária competente;

II - desaparecimento em acidente, desastre ou catástrofe.

§ 7º A pensão provisória será transformada em definitiva com o óbito do segurado ausente ou será cancelada com reaparecimento do mesmo, ficando os dependentes desobrigados da reposição dos valores recebidos, salvo má-fé.

§ 8º Os valores referidos neste artigo serão corrigidos pelos mesmos índices aplicados aos benefícios do Regime Geral de Previdência Social - RGPS.

Art. 114. A pensão por morte será devida ao conjunto dos dependentes do segurado que falecer, aposentado ou não, a contar da data:

I - do óbito, quando requerida em até 180 (cento e oitenta) dias após o óbito, para os filhos menores de 16 (dezesseis) anos, ou em até 30 (trinta) dias após o óbito, para os demais dependentes;

II - do requerimento, quando requerida após o prazo previsto no inciso anterior;

III - da data da decisão judicial, no caso de declaração de ausência;

IV - da data da ocorrência do desaparecimento do segurado por motivo de acidente, desastre ou catástrofe, mediante prova idônea.

Art. 115. A pensão será rateada entre todos os dependentes em partes iguais e não será protelada pela falta de habilitação de outro possível dependente.

§ 1º O cônjuge ausente não exclui do direito à pensão por morte, o companheiro ou a companheira, que somente fará jus ao benefício mediante prova de dependência econômica.

§ 2º A concessão da pensão por morte não será protelada pela falta de habilitação de outro possível dependente ou por qualquer inscrição ou habilitação posterior que implique inclusão de dependente, só produzirá efeito a contar da data da inscrição ou habilitação quando estas forem deferidas.

Art. 116. O beneficiário da pensão provisória de que trata o §7º do art. 113 da presente Lei, deverá, anualmente, declarar que o segurado permanece desaparecido, ficando obrigado a comunicar, imediatamente ao IPC, o reaparecimento deste, sob pena de ser responsabilizado civil e penalmente.

Art. 117. A pensão poderá ser requerida a qualquer tempo, observados os prazos prescricionais previstos nesta Lei.

Art. 118. Garantido o direito de opção pela mais vantajosa, é vedada a percepção cumulativa de mais de uma pensão vitalícia, exceto nos casos de

cumulatividade de cargos permitidos pela Constituição Federal.

Art. 119. A condição legal de dependente, para fins desta Lei, é aquela verificada na data do óbito do segurado, observados os critérios de comprovação de dependência econômica.

§ 1º A invalidez ou a alteração de condições quanto ao dependente, supervenientes à morte do segurado, não darão origem a qualquer direito à pensão.

§ 2º Extingue-se o direito de recebimento de pensão por morte:

I - quando o beneficiário completar 21 (vinte e um) anos;

II - pela cessação da invalidez;

III - pelo casamento ou união estável;

a) o dependente que contrair casamento ou união estável com terceiro deverá comunicar, imediatamente, o órgão gestor, sob pena de obrigar-se a ressarcir os valores indevidamente recebidos;

IV - pela morte do dependente.

Art. 120. O benefício de pensão por morte não poderá ser revertido entre os demais dependentes, ficando assegurado aos beneficiários somente a cota rateada no momento da concessão do benefício.

Art. 121. Em qualquer hipótese, fica assegurada ao órgão gestor da pensão por morte a cobrança dos valores indevidamente pagos.

CAPÍTULO II

DA GRATIFICAÇÃO NATALINA

Art. 122. Será devido Abono Natalino ao beneficiário que durante o ano receber aposentadoria ou pensão por morte, que consiste em um abono equivalente ao total dos proventos ou pensões relativas ao mês de dezembro, sendo pago nos termos da legislação vigente.

Parágrafo único. O pagamento do Abono Natalino, no ano em que for concedida a aposentadoria e a pensão, incumbirá ao órgão responsável pelo pagamento da remuneração do servidor na atividade, respeitada a proporcionalidade.

Art. 123. Será observada a proporcionalidade de 1/12 (um doze avos) do abono para cada mês de benefício efetivamente recebido, considerando-se como mês completo o período igual ou superior a 15 (quinze) dias.

CAPÍTULO III

DO ABONO DE PERMANÊNCIA

Art. 124. O servidor titular de cargo efetivo que tenha completado as exigências para aposentadoria voluntária estabelecidas nos artigos 101, 102 e 103 desta Lei, e que opte por permanecer em atividade fará jus a um Abono de Permanência equivalente ao valor da sua contribuição previdenciária, até completar as exigências para aposentadoria compulsória previstas nesta Lei.

§ 1º O recebimento do Abono de Permanência pelo servidor que cumpriu todos os requisitos para obtenção da aposentadoria voluntária, com proventos integrais ou proporcionais, em qualquer das hipóteses previstas nos artigos 101, 102 e 103 conforme previsto no caput, não constitui impedimento à concessão de benefício de acordo com outra regra vigente, inclusive as previstas nos artigos 109 e 110, desde que cumpridos os requisitos previstos para essas hipóteses, garantida ao servidor a opção pela mais vantajosa.

§ 2º O valor do Abono de Permanência será equivalente ao valor da contribuição efetivamente descontada do servidor, ou recolhida por este, relativamente a cada competência.

§ 3º O pagamento do Abono de Permanência é de responsabilidade do ente patronal, desde que, cumpridos os requisitos para obtenção do benefício



Arraial do Cabo, Segunda-feira, 31 de Janeiro de 2022 - Edição: 502 - 32

conforme disposto no caput e § 1º, mediante opção expressa do servidor pela permanência em atividade.

§ 4º Cessará o direito ao pagamento do Abono de Permanência quando da concessão do benefício de aposentadoria ao servidor titular de cargo efetivo.

§ 5º O abono de permanência será devido a partir do requerimento por parte do servidor e posterior deliberação por autoridade competente, cessando o direito ao referido benefício a partir do recebimento do primeiro benefício pago ao segurado aposentado.

CAPÍTULO IV

DAS REGRAS DE CÁLCULO DOS PROVENTOS E REAJUSTE DOS BENEFÍCIOS

Art. 125. No cálculo dos proventos das aposentadorias previstas nos artigos 89, 99, 101, 102 e 103 desta Lei, será considerada a média aritmética simples das maiores remunerações utilizadas como base para as contribuições do servidor aos regimes de previdência a que esteve vinculado, correspondentes a oitenta por cento de todo o período contributivo desde a competência julho de 1994 ou desde a do início da contribuição, se posterior àquela competência.

§ 1º As remunerações consideradas no cálculo do valor inicial dos proventos terão os seus valores atualizados, mês a mês, de acordo com a variação integral do índice fixado para a atualização dos salários de contribuição considerados no cálculo dos benefícios do Regime Geral de Previdência Social - RGPS, conforme portaria editada mensalmente pelo Ministério da Previdência Social - MPS.

§ 2º Nas competências a partir de julho de 1994, em que não tenha havido contribuição do servidor vinculado a Regime Próprio de Previdência Social - RPPS, a base de cálculo dos proventos será a remuneração do servidor no cargo efetivo, inclusive nos períodos em que houve isenção de contribuição ou afastamento do cargo, desde que o respectivo afastamento seja considerado como de efetivo exercício.

§ 3º Na ausência de contribuição do servidor não titular de cargo efetivo vinculado ao Regime Próprio de Previdência Social - RPPS até dezembro de 1998, será considerada a sua remuneração no cargo ocupado no período correspondente.

§ 4º Os valores das remunerações a serem utilizadas no cálculo de que trata este artigo serão comprovados mediante documento fornecido pelos órgãos e entidades gestoras dos regimes de previdência aos quais o servidor esteve vinculado ou por outro documento público, de acordo com as normas emanadas pelo Ministério da Previdência Social - MPS.

§ 5º Para os fins deste artigo, as remunerações consideradas no cálculo da média da aposentadoria, depois de atualizadas na forma do § 1º, não poderão ser:

I - inferiores ao valor do salário mínimo;

II - superiores ao limite máximo do salário-de-contribuição, quanto aos meses em que o servidor esteve vinculado ao Regime Geral de Previdência Social - RGPS.

§ 6º As maiores remunerações de que trata o caput serão definidas depois da aplicação dos fatores de atualização e da observância, mês a mês, dos limites estabelecidos no § 5º.

§ 7º Na determinação do número de competências correspondentes a 80% (oitenta por cento) de todo o período contributivo de que trata o caput, desprezar-se-á a parte decimal.

§ 8º Se a partir de julho de 1994 houver lacunas no período contributivo do segurado por não vinculação a regime previdenciário, decorrente de ausência de prestação de serviço ou de contribuição, esse período será desprezado do cálculo de que trata este artigo.

§ 9º O valor inicial dos proventos, calculado de acordo com o caput, por ocasião de sua concessão, não poderá exceder a remuneração do respectivo servidor no cargo efetivo em que se deu a aposentadoria.

§ 10. Considera-se remuneração do cargo efetivo o valor constituído pelos vencimentos e vantagens pecuniárias permanentes do respectivo cargo estabelecidas em Lei, acrescido dos adicionais de caráter individual e das vantagens pessoais permanentes.

§ 11. Para o cálculo do valor inicial dos proventos proporcionais ao tempo de contribuição, será utilizada fração cujo numerador será o total desse tempo e o denominador, o tempo necessário à respectiva aposentadoria voluntária com proventos integrais, não se aplicando a redução no tempo de idade e contribuição de que trata a aposentadoria especial do professor.

§ 12. A fração de que trata o § 11 será aplicada sobre o valor dos proventos calculado conforme o caput deste artigo, observando-se previamente a aplicação do limite de que trata o § 9º.

§ 13 Os períodos de tempo utilizados no cálculo previsto neste artigo serão considerados em número de dias.

Art. 126. Os benefícios de aposentadoria e pensão, de que trata os artigos 89, 99, 101, 102, 103 e 113 desta Lei serão reajustados, para preservar-lhes, em caráter permanente, o valor real, nas mesmas datas e índices utilizados para fins de reajustes dos benefícios do Regime Geral de Previdência Social - RGPS, aplicado de forma proporcional entre a data da concessão e a do primeiro reajustamento.

CAPÍTULO V

DOS REGISTROS FINANCEIROS E CONTÁBEIS

Art. 127. A escrituração contábil do IPC é distinta da mantida pela Administração Pública Direta, Autárquica, e Fundacional e do Poder Legislativo Municipal, obedecendo às normas e princípios contábeis previstos na Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, e ao disposto em regulamentação do Ministério da Previdência.

Parágrafo Único. Considera-se distinta a escrituração contábil que permita a diferenciação entre o patrimônio do IPC e o patrimônio da Administração Pública Direta, Autárquica e Fundacional e do Poder Legislativo Municipal, possibilitando a elaboração de demonstrações contábeis específicas.

Art. 128. O IPC manterá registros contábeis próprios e criará o seu plano de contas com as seguintes finalidades:

I - comprovar e tornar transparente, a cada exercício, sua situação econômica e financeira;

II - evidenciar suas despesas e receitas previdenciárias, patrimoniais e financeiras;

III - demonstrar a situação de seus ativos e de seu passivo.

Art. 129. Para os efeitos do artigo anterior, deverão ser observadas as seguintes normas gerais de contabilidade, aplicando-se, no que couber, a legislação pertinente:

I - a escrituração deverá incluir todas as operações que envolvam direta ou indiretamente a responsabilidade do Regime Próprio de Previdência Social - RPPS e que modifiquem ou que possam vir a modificar seu patrimônio; II - a escrituração será feita de forma autônoma em relação às contas da

Arraial do Cabo, Segunda-feira, 31 de Janeiro de 2022 - Edição: 502 - 32

Administração Pública Direta, Autárquica, Fundacional e do Poder Legislativo;
III - o exercício contábil tem a duração de um ano civil, com término no último dia útil de cada ano.

Art. 130. Compete, ainda, ao **IPC**:

I - adotar registros contábeis auxiliares para avaliações dos investimentos, evolução das reservas, demonstração dos resultados do exercício e apuração de depreciações;

II - complementar suas demonstrações financeiras por notas explicativas e outros quadros demonstrativos necessários ao minucioso esclarecimento da situação patrimonial e dos resultados do exercício;

III - os investimentos em immobilizações para o uso ou renda devem ser corrigidos e depreciados pelos critérios adotados pelo Banco Central do Brasil.

Art. 131. O **IPC** deverá implementar o registro individualizado das contribuições dos servidores da Administração Pública Direta, Autárquica, Fundacional e do poder Legislativo Municipal.

Art. 132. O registro a que se refere o artigo anterior deverá conter os seguintes dados relativos ao servidor:

I - nome;

II - matrícula;

III - remuneração;

IV - valores mensais e acumulados no período, da contribuição previdenciária;

V - valores mensais e acumulados do recolhimento previdenciário do respectivo ente estatal referente ao servidor.

§ 1º Ao segurado serão disponibilizadas as informações constantes de seu registro individualizado mediante extrato anual de prestação de contas, relativo ao exercício financeiro anterior.

§ 2º Os valores constantes do registro individualizado serão consolidados para fins contábeis.

CAPÍTULO VI

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS SOBRE BENEFÍCIOS

Art. 133. O **IPC** manterá programa de revisão, concessão e manutenção dos benefícios, a fim de apurar irregularidades e corrigir falhas eventuais existentes.

Art. 134. Havendo indícios de irregularidade na concessão ou na manutenção de benefício, o **IPC** notificará o segurado para apresentar defesa no prazo de 30 (trinta) dias.

§ 1º A notificação de que se refere o "caput" deste artigo far-se-á por via postal com aviso de recebimento, sem prejuízo de publicação nos órgãos oficiais locais;

§ 2º Decorrido o prazo a que se refere o *caput*, sem que tenha ocorrido a apresentação de defesa, o benefício será corrigido dando ciência da decisão ao segurado.

Art. 135. Ressalvado o disposto nos artigos 89 e 99 desta Lei, a aposentadoria vigorará a partir da data da publicação do respectivo ato.

Art. 136. É vedado o recebimento conjunto, por conta do **IPC**, do Tesouro Municipal, dos seguintes benefícios, inclusive quando decorrentes de acidente de trabalho:

I - aposentadoria com auxílio por incapacidade temporária;

II - mais de uma aposentadoria;

III - auxílio-maternidade com auxílio por incapacidade temporária;

IV - mais de uma pensão deixada por cônjuge;

V - mais de uma pensão deixada por companheiro, companheira ou convivente;

VI - aposentadoria com abono de permanência em serviço;

VII - mais de um auxílio por incapacidade temporária;

§ 1º Nas hipóteses de acúmulos lícitos de cargos ou de aposentadoria decorrente desses cargos, não se aplica o disposto nos incisos I, II, IV, V e VII do caput deste artigo.

§ 2º No caso dos incisos IV e V, é facultado ao dependente optar pela pensão mais vantajosa.

§ 3º Na hipótese de acumulação lícita de proventos ou pensão, será observado o limite previsto no artigo 37, XI da Constituição Federal.

Art. 137. Prescreve em 05 (cinco) anos, a contar da data em que deveriam ter sido pagas, toda e qualquer ação do beneficiário para haver prestações vencidas ou quaisquer restituições ou diferenças devidas pelo Regime Próprio de Previdência Social, salvo o direito dos menores, incapazes e ausentes, na forma do Código Civil.

Art. 138. O segurado aposentado por incapacidade permanente e o dependente inválido deverão, sob pena de suspensão do benefício, submeter-se, a cada 24 (vinte e quatro) meses, a perícia médica a cargo do **IPC** ou de um de seus patrocinadores.

Art. 139. Qualquer dos benefícios previstos nesta Lei será pago diretamente ao beneficiário.

§ 1º O disposto no caput não se aplica na ocorrência das seguintes hipóteses, devidamente comprovadas:

I - ausência, na forma da lei civil;

II - moléstia contagiosa;

III - impossibilidade de locomoção.

§ 2º Na hipótese prevista no parágrafo anterior, o benefício poderá ser pago a procurador legalmente constituído, cujo mandato específico não exceda de seis meses, renováveis.

§ 3º O valor não recebido em vida pelo segurado será pago somente aos seus dependentes habilitados à pensão por morte, ou, na falta deles, aos seus sucessores, independentemente de inventário ou arrolamento, na forma da lei.

Art. 140. Serão descontados dos benefícios pagos aos segurados e aos dependentes:

I - a contribuição prevista nos artigos 39, 41 e 42 desta Lei;

II - o valor devido pelo beneficiário ao Município;

III - o valor da restituição do que tiver sido pago indevidamente pelo Regime Próprio de Previdência Social;

IV - o imposto de renda retido na fonte;

V - a pensão de alimentos prevista em decisão judicial;

VI - as contribuições associativas ou sindicais autorizadas pelos beneficiários.

Art. 141. Salvo em caso de rateio entre os dependentes do segurado, nenhum dos benefícios previstos nesta Lei terá valor inferior ao do salário mínimo.

Art. 142. A concessão de benefícios previdenciários pelo Regime Próprio de Previdência Social independe de carência, ressalvada a observância de cumprimento dos prazos mínimos previstos nesta Lei.

Parágrafo único. Para efeito do cumprimento dos requisitos de concessão das aposentadorias mencionadas no caput, o tempo de efetivo exercício no cargo em que se dará a aposentadoria deverá ser cumprido no cargo efetivo

Arraial do Cabo, Segunda-feira, 31 de Janeiro de 2022 - Edição: 502 - 32

do qual o servidor seja titular na data imediatamente anterior à concessão do benefício.

Art. 143. Concedida a aposentadoria ou a pensão, será o ato publicado e encaminhado, pela unidade gestora, ao Tribunal de Contas para homologação.

Parágrafo único. Na hipótese do ato de concessão não seja aprovado pelo Tribunal de Contas, o processo do benefício será imediatamente revisto e promovidas às medidas administrativas e jurídicas pertinentes.

Art. 144. É vedada a celebração de convênio, consórcio ou outra forma de associação para a concessão dos benefícios previdenciários de que trata esta Lei com a União, Estado, Distrito Federal ou outro Município.

Art. 145. É vedada a adoção de requisitos e critérios diferenciados para a concessão de aposentadoria aos abrangidos pelo regime de que trata esta Lei, ressalvados, nos termos definidos em leis complementares federais, no caso de servidores:

I - portadores de deficiência;

II - que exerçam atividades de risco;

III - cujas atividades sejam exercidas sob condições especiais que prejudiquem a saúde ou a integridade física.

Parágrafo único. Até que seja publicada Lei Federal regulamentando os critérios para a concessão das aposentadorias elencadas nos incisos acima, o Regime Próprio de Previdência Municipal obedecerá às normas federais vigentes e decisões judiciais definitivas.

CAPÍTULO VII

DO PARCELAMENTO DE DÉBITOS PREVIDENCIÁRIOS

Art.146. As contribuições legalmente instituídas, devidas pelo Ente Federativo e não repassadas ao **IPC** até o seu vencimento, depois de apuradas e confessadas, poderão ser objeto de termo de acordo de parcelamento para pagamento em moeda corrente, assegurado o equilíbrio financeiro e atuarial e observados, no mínimo, os seguintes critério

Previsão, em cada termo de acordo de parcelamento, do número máximo de 60 (sessenta) prestações mensais, iguais e sucessivas;

Vencimento da primeira prestação no máximo até o último dia útil do mês

subsequente ao da assinatura do termo de acordo de parcelamento;

Vedação de inclusão das contribuições descontadas dos segurados ativos, aposentados e pensionistas;

Vedação de inclusão de débitos não decorrentes de contribuições previdenciários.

§ 1º. Os termos de acordo de parcelamento ou reparcelamento, acompanhados de declaração de sua publicação e de demonstrativos discriminados, por competência, valores originários, atualização, juros, multas e valor consolidado, deverão ser encaminhados à Secretaria de Previdência – SPREV, para apreciação de sua conformidade às normas aplicáveis.

Art. 147. Para apuração do montante devido os valores originais serão atualizados pelo (INPC) acrescido de juros simples de 0,5% (meio por cento) ao mês e multa de 1,0% (um por cento), acumulados desde a data de vencimento até a data da assinatura do termo de acordo de parcelamento ou reparcelamento.

§ 1º. As prestações vincendas serão atualizadas mensalmente pelo (INPC), acrescido de juros simples de 0,5% (meio por cento) ao mês, acumulados desde a data de consolidação do montante devido no termo de acordo de parcelamento ou reparcelamento até o mês do pagamento.

§ 2º. As prestações vencidas serão atualizadas mensalmente pelo (INPC), acrescido de juros simples de 0,5% (meio por cento) ao mês e multa de 1% (um por cento), acumulados desde a data de vencimento da prestação até o mês do efetivo pagamento.

Art. 148. Fica autorizada a vinculação do Fundo de participação dos Municípios - FPM como garantia das prestações acordadas no termo de parcelamento ou reparcelamento, não pagas no seu vencimento.

Parágrafo único. A garantia de vinculação do FPM deverá constar de cláusula do termo de parcelamento ou reparcelamento e de autorização fornecida ao agente financeiro responsável pelo repasse das cotas, e vigorará até a quitação do termo.

CAPÍTULO VIII

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 149. Caberá ao Presidente do **IPC** regulamentar por Portaria a concessão de despesas com locomoção, hospedagem e refeição que se fizerem necessárias para a fiel execução dos serviços, dentro do Estado e fora do Estado.

Art. 150. Fica criado o Comitê de Investimentos no âmbito do **IPC**, competindo-lhe a participação no processo decisório quanto à formulação, execução da política de investimentos e na definição da aplicação dos recursos financeiros do Regime Próprio de Previdência de que trata esta Lei, observadas as condições de segurança, rentabilidade, solvência, liquidez e transparência.

§1º. A definição da aplicação dos recursos financeiros terá como fundamentos:

A política de investimentos aprovada pelo Conselho Administrativo do **IPC**;
As disposições na Lei Federal nº 9.717, de 27 de novembro de 1998, no que couber;

As normas do Conselho Monetário Nacional – CMN, constantes da Resolução CMN nº 3.922, de 25 de novembro de 2010, expedida pelo Banco Central do Brasil - BACEN, ou qualquer outra que vier a alterá-la ou substituí-la;

As disposições contidas na Portaria MPS nº 519, de 24 de agosto de 2011, e alterações posteriores;

A conjuntura econômica de curto, médio e longo prazos;

Os indicadores econômicos.

§2º. O Comitê de Investimentos reger-se-á pelas regras elencadas no seu Regimento Interno.

Art. 151. A estrutura, composição e funcionamento do Comitê de Investimentos, será estabelecida em ato normativo expedido pelo Presidente do **IPC**, devendo atender, no mínimo, aos seguintes requisitos:

I - Que seus membros mantenham vínculo com o ente federativo ou com o RPPS, na qualidade de servidor titular de cargo efetivo ou de livre nomeação e exoneração;

II - Previsão de periodicidade das reuniões ordinárias e forma de convocação de extraordinárias;

III - Previsão de acessibilidade às informações relativas aos processos de investimento e desinvestimento de recursos do RPPS;

IV - Exigência de as deliberações e decisões serem registradas em atas;

V - Previsão de composição e forma de representatividade, sendo que o Ente Federativo deverá comprovar junto ao Ministério de Previdência Social que o responsável pela gestão dos recursos do **IPC** tenha sido aprovado em exame de certificação organizado por entidade autônoma de reconhecida capacidade



Arraial do Cabo, Segunda-feira, 31 de Janeiro de 2022 - Edição: 502 - 32

técnica e difusão no mercado brasileiro de capitais.

Art. 152. Fica regulamentada a revisão anual de vencimentos aos servidores estatutários do IPC, correspondente ao índice INPC - Índice Nacional de Preços ao Consumidor, conforme o disposto no inciso X, do artigo 37 da Constituição Federal.

Parágrafo único - A revisão anual concedida a partir de 1º de Janeiro de 2022, corresponde a reposição de perdas inflacionárias, acumulado nos exercícios dos anos de 2014 a 2021, conforme ANEXO II.

Art. 153. Esta Lei entra em vigor 1º de Janeiro de 2022, ficando revogados todos os dispositivos em contrário que regulem matéria previdenciária do Município de ARRAIAL DO CABO – RJ;
Arraial do Cabo, 31 de janeiro de 2022.

Marcelo Magno Félix dos Santos

Prefeito Municipal

ANEXO I – CARGOS DE PROVIMENTO EM COMISSÃO

Cargo ou Função	Quantidade	Vencimentos
Diretor Presidente	01	R\$ 8.000,00
Diretor Administrativo/Financeiro	01	R\$ 4.500,00
Chefe de Benefício	01	R\$ 3.500,00
Procurador Chefe Previdenciário	01	R\$ 5.000,00
Assessor de Gabinete da Presidência I	01	R\$ 3.000,00
Assessor da de Gabinete da Presidência III	02	R\$ 1.500,00

CARGO: PROCURADOR CHEFE PREVIDENCIÁRIO

ESCOLARIDADE: Curso Superior de Graduação em Direito.

REQUISITOS ESPECIAIS: Inscrição na Ordem dos Advogados do Brasil-OAB.

Atividade de nível superior especializado, envolvendo estudos, apreciações e emissão de pareceres sobre questões jurídicas em geral e previdenciárias;
Apreciação e elaboração de anteprojetos de leis, decretos e outros atos normativos de interesse do IPC - Instituto de Previdência Cabista;
Análise e redação de contratos, convênios e demais instrumentos jurídicos;
Apreciação de editais de licitação; emissão de parecer nos processos de aposentadorias, pensões e abono permanência;
Representar o IPC na esfera judicial;
Auxiliar ou efetuar a defesa da Autarquia junto ao Tribunal de Contas e ao Ministério do Trabalho e Previdência Social;
Assistir a Diretoria Executiva nas relações com autoridades federais, estaduais e municipais;
Promover as sindicâncias administrativas e os processos administrativos disciplinares;
Orientar o instituto em questões relacionadas com a área jurídica, visando garantir que as decisões e procedimentos adotados estejam dentro da Lei, bem como executar quaisquer outras atividades relacionadas à matéria jurídica.

CARGO: CHEFE DE BENEFÍCIO

ESCOLARIDADE: Ensino Médio

Elaboração do relatório mensal de atividades da Diretoria e encaminhamento a Presidência;

Concessão de benefícios previdenciários;

Manutenção de benefícios previdenciários;

Compensação previdenciária;

Coordenar as atividades relacionadas ao recadastramento dos segurados inativos e pensionistas do **IPC**;

Coordenar a elaboração de Censo Previdenciário relativas aos servidores

titulares de cargo efetivo do Município de Arraial do Cabo;

Coordenar as atividades relacionadas à capacitação e treinamento dos servidores do **IPC**;

Cadastro, incluídas as atividades de recadastramento e de coordenação do Sistema de Gestão Previdenciária para Regimes Próprios de Previdência Social;

Controlar da frequência dos servidores vinculados à Diretoria.

CARGO: ASSESSOR DE GABINETE DA PRESIDÊNCIA I

ESCOLARIDADE: Ensino Médio.

Assessorar a Presidência no desempenho de suas funções;

Responsável pela abertura de processos administrativos;

Controlar, organizar e fiscalizar as informações prestadas a presidência;

Conferir todos os documentos expedida pela mesma;

Cuidar da agenda de compromissos do Presidente.

Exercer outras atividades relacionadas aos fins institucionais do **IPC**, que venham a ser determinadas pela autoridade superior;

CARGO: ASSESSOR DE GABINETE DA PRESIDÊNCIA III

ESCOLARIDADE: Ensino Médio

Conhecer as normas básicas de previdência, garantindo a correta aplicação de regras de funcionamento e organização do regime próprio de previdência

Consultar e interpretar as legislações;

Dominar conceitos de redação para instruir e elaborar fundamentação em expedientes ou processos;

Atender os segurados e outras pessoas que necessitem de informações sobre as atividades administrativas da Autarquia, fornecendo-as de conformidade com as normas existentes;

Auxiliar a elaboração do Censo previdenciário;

Auxiliar as atividades relacionadas ao recadastramento dos segurados inativos e pensionista do IPC

Coordenar os trabalhos relativos à Compensação Financeira entre os Regimes Previdenciários;

Orientar os servidores e segurados e os órgãos competentes quanto aos procedimentos de concessão de benefícios;

Exercer outras atividades relacionadas aos fins institucionais do **IPC**, que venham a ser determinadas pela autoridade superior.

ANEXO II – CARGOS DE PROVIMENTO EFETIVO

Cargo ou Função	Quantidade	Vencimentos	Carga Horária/S
Contador	01	R\$ 2.300,00	40h
Agente de Administração Previdenciário	01	R\$ 1.600,00	40h
Auxiliar de Administração Previdenciária	01	R\$ 1.400,00	40h
Auxiliar de Serviços Gerais	01	R\$ 1.212,00	40h

CARGO: CONTADOR

ESCOLARIDADE: Ensino Superior em Ciências Contábeis

REQUISITOS ESPECIAIS: Inscrição no Conselho Regional de Contabilidade – CRC.



Arraial do Cabo, Segunda-feira, 31 de Janeiro de 2022 - Edição: 502 - 32

Organizar os serviços de contabilidade, em geral, traçando o plano de contas, o sistema de livros e documentos e o método de escrituração, para possibilitar o controle contábil e orçamentário;

Executar e / ou supervisionar a escrituração de livros contábeis e comerciais como Diário, Registro de Inventários, Razão, Conta-Corrente, Caixa e outros, atentando para a transcrição correta dos dados contidos nos documentos originais e valendo-se de sistemas manuais e mecanizados, para cumprir as exigências legais administrativas;

Controlar os trabalhos de análise e conciliação de contas, conferindo os saldos, localizando e retificando erros possíveis, para assegurar a correção das operações contábeis;

Proceder à classificação e avaliação de despesas, analisar a natureza das mesmas, para apropriar custos de bens e serviços;

Efetuar ou supervisionar os cálculos de reavaliação do ativo e de depreciação de veículos, máquinas, móveis e instalações, baseando-se nos índices adequados a cada caso, para atender às disposições legais relevantes;

Elaborar balancetes, balanços, prestações de contas ao TCE e outras contas contábeis, aplicando as técnicas apropriadas para apresentar resultados parciais e totais da situação patrimonial, econômica e financeira da empresa; Organizar relatórios sobre a situação geral da empresa, transcrevendo dados estatísticos e emitindo especialistas, para fornecer os elementos contábeis incluídos ao relatório.

Promover a manutenção e a atualização do SIGFIS (Sistema Integrado de Gestão Fiscal);

CARGO: AGENTE DE ADMINISTRAÇÃO PREVIDENCIÁRIO

ESCOLARIDADE: Ensino Médio.

Executar, sob supervisão imediata, com vista ao cumprimento de leis, decretos, normas ou normas referentes à administração em geral e previdência em particular, com as seguintes atribuições típicas:

Formalizar e instruir processos, bem como informá-los em matéria administrativa;

Registrar fatos processuais e fazer apensação, desapensação, anexação, desanexação e juntada de peças em processos;

Preencher como fichas e formulários, à mão ou à máquina;

Controlar, catalogar e certificar como publicações nos órgãos oficiais;

Receber, conferir e fichar o expediente referente à repartição, providenciando sua distribuição ou expedição;

Fornecer informações no público sobre a localização de documentos ou processo;

Participar da preparação de planos iniciais de organização e método, gráficos, fichas, rotineiros e manuais de serviços;

Colaborar no preparo de relatórios e planos de trabalho;

Quaisquer outras tarefas importantes à função, compreendidas nelas:

a) digitação do próprio trabalho;

b) operação em computador nas áreas de competência do sol;

Processar, controlar, registrar e comunicar os despachos inerentes aos processos de perícias médicas aos órgãos competentes.

CARGO EFETIVO: AUXILIAR DE ADMINISTRAÇÃO PREVIDENCIÁRIA

ESCOLARIDADE: Ensino Médio.

Execução, sob supervisão imediata, de serviços administrativos, incluindo execução de trabalhos datilográficos, controle, fiscalização e conservação de material, bem como atendimento ao público, com as seguintes atribuições

típicas:

Receber, fiscalizar e conferir a entrada e saída de material, mantendo organizado e atualizado o fichário cadastral do mesmo, atendendo às requisições de materiais nos prazos determinados e solicitando, antecipadamente, providências para sua liquidação;

Inspeccionar o estado do material permanente sob sua guarda, tomando as providências necessárias à sua conservação;

Protocolizar e arquivar processos, instruindo as partes sobre a documentação necessária para habilitar-se a empréstimos ou benefícios previdenciários;

Prestar informação ao público sobre a localização de documentos ou processos;

Fazer apensação, desapensação, anexação, desanexação e juntada de peças em processos;

Executar qualquer serviço de digitação, inclusive para máquinas impressoras, copiadoras, mimeógrafos e congêneres, fazendo uma revisão das matérias digitadas;

Quaisquer outras tarefas importantes à função, compreendidas nelas a operação em computador nas áreas da sua competência.

CARGO EFETIVO: AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS

ESCOLARIDADE: Fundamental incompleto

Conservar e manter a limpeza do órgão público, tais como: salas, refeitórios, banheiros cozinhas, copas, consultórios, pátios, etc.,

Remover pó, lavar vidros e janelas, varrer e limpar o chão; Executar outras tarefas para o desenvolvimento das atividades do setor, inerentes à sua função.

Utilizar materiais de limpeza, tais como: água, sabão, desinfetante e vassoura para execução de suas tarefas;

Coletar o lixo em embalagem adequada;

Repor papel higiênico toalhas e sabonetes;

Limpar utensílios como: lixeiras, objetos de adorno, mesas e cadeiras;

Atender as normas de higiene e segurança do trabalho;

Primar pela qualidade dos serviços executados;

Velar pela guarda, conservação, higiene e economia dos materiais a si confiados, recolhendo os e armazenando-os adequadamente ao final de cada expediente;

LEI Nº 2.391 DE 31 DE JANEIRO DE 2022.

CONCEDE SUBVENÇÃO SOCIAL A ACADEMIA CABISTA DE LETRAS, ARTES E CIÊNCIAS, CONFORME ESPECÍFICA.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE ARRAIAL DO CABO, faço saber que a Câmara Municipal aprovou, e eu sanciono a seguinte lei:

CONSIDERANDO o disposto da Lei nº 4.320 de 17 de março de 1964;

CONSIDERANDO o disposto da Lei nº 1.998 de 23 de agosto de 2016 – que dispõe sobre o Plano Municipal de Cultura;

CONSIDERANDO o disposto da Lei nº 2.064 de 05 de setembro de 2017 – que torna como utilidade pública a Academia Cabista de Letras, Artes e Ciências;

Artigo 1º - Fica o Executivo Municipal autorizado a conceder a Academia Cabista de Letras, Artes e Ciências – ACLAC, uma subvenção mensal no valor de R\$ 10.500,00 (dez mil e quinhentos reais).



Arraial do Cabo, Segunda-feira, 31 de Janeiro de 2022 - Edição: 502 - 32

Parágrafo único – Fica a Subsecretária de Cultura designada como órgão fiscalizador.

Artigo 2º - As despesas decorrentes desta Lei correrão por conta da dotação orçamentária consignada no orçamento vigente na ação Programa Academia Cabista de Letras.

Artigo 3º - A prestação de contas dos recursos relativos a esta Lei será apresentada na forma da legislação vigente.

Parágrafo único - A subvenção prevista nesta Lei somente poderá ser repassada quando for apresentado suas prestações de contas do exercício anterior.

Artigo 4º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Arraial do Cabo, 31 de janeiro de 2022.

Marcelo Magno Félix dos Santos
Prefeito Municipal

LEI Nº 2.390 DE 31 DE JANEIRO DE 2022.

AUTOGRAFO DO PROJETO DE LEI Nº 012/2022

, APROVADO EM SESSÃO EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 31/01/2022.
A CÂMARA MUNICIPAL DE ARRAIAL DO CABO, POR SEUS REPRESENTANTES LEGAIS APROVOU E EU SANCIONO A SEGUINTE LE:

CONCEDE SUBVENÇÃO SOCIAL A ACADEMIA CABISTA DE LETRAS, ARTES E CIÊNCIAS, CONFORME ESPECÍFICA.

CONSIDERANDO o disposto da Lei nº 4.320 de 17 de março de 1964;

CONSIDERANDO o disposto da Lei nº 1.998 de 23 de agosto de 2016 – que dispõe sobre o Plano Municipal de Cultura;

CONSIDERANDO o disposto da Lei nº 2.064 de 05 de setembro de 2017 – que torna como utilidade pública a Academia Cabista de Letras, Artes e Ciências;

Artigo 1º - Fica o Executivo Municipal autorizado a conceder a Academia Cabista de Letras, Artes e Ciências – ACLAC, uma subvenção mensal no valor de R\$ 10.500,00 (dez mil e quinhentos reais).

Parágrafo único – Fica a Subsecretária de Cultura designada como órgão fiscalizador.

Artigo 2º - As despesas decorrentes desta Lei correrão por conta da dotação orçamentária consignada no orçamento vigente na ação Programa Academia Cabista de Letras.

Artigo 3º - A prestação de contas dos recursos relativos a esta Lei será apresentada na forma da legislação vigente.

Parágrafo único - A subvenção prevista nesta Lei somente poderá ser repassada quando for apresentado suas prestações de contas do exercício anterior.

Artigo 4º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Arraial do Cabo, 31 de janeiro de 2022.

Marcelo Magno Félix dos Santos
Prefeito Municipal

PORTARIAS

PORTARIA Nº 697/22

O Prefeito do Município de Arraial do Cabo, no uso das atribuições que lhe confere o art. 117 da Lei Orgânica Municipal, e Lei nº 2.380 de 12/01/2022;

RESOLVE:

Nomear, a partir de 01/01/2022, **Monick Duarte Teixeira**, para exercer o cargo em comissão de **Supervisor Administrativo**, Símbolo CC-14, da Fundação Municipal de Meio Ambiente.

Publique-se. Dê-se ciência.

Arraial do Cabo, 18 de janeiro de 2022.

Marcelo Magno Félix dos Santos
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 698/22

O Prefeito do Município de Arraial do Cabo, no uso das atribuições que lhe confere o art. 117 da Lei Orgânica Municipal, e Decreto nº 3.356 de 11/06/2021;

RESOLVE:

Exonerar, a partir de 30/12/2022, **Thalita Murari**, do cargo em comissão de **Diretoria de Manutenção de Frota Veicular**, Símbolo DAI-1, da Secretaria Municipal de Serviços Públicos.

Publique-se. Dê-se ciência.

Arraial do Cabo, 18 de janeiro de 2022.

Marcelo Magno Félix dos Santos
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 699/22

O Prefeito do Município de Arraial do Cabo, no uso das atribuições que lhe confere o art. 117 da Lei Orgânica Municipal, e Lei nº 2.380 de 12/01/2022;

RESOLVE:

Nomear, a partir de 01/02/2022, **Júlio Cezar de Sousa Pessanha**, para exercer o cargo em comissão de **Chefe de Coordenadoria de Diretoria e Urbanismo**, Símbolo DAI-4, da Secretaria Municipal de Serviços Públicos.

Publique-se. Dê-se ciência.

Arraial do Cabo, 18 de janeiro de 2022.

Marcelo Magno Félix dos Santos
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 700/22

O Prefeito do Município de Arraial do Cabo, no uso das atribuições que lhe confere o art. 117 da Lei Orgânica Municipal, e Lei nº 2.380 de 12/01/2022;

RESOLVE:

Nomear, a partir de 01/01/2022, **Wagner Luiz Ferreira Passy Marques**, para exercer o cargo em comissão de **Assessor Especial do Gabinete IV**,



Arraial do Cabo, Segunda-feira, 31 de Janeiro de 2022 - Edição: **502** - 32

Símbolo CA-7, da Chefia de Gabinete.

Publique-se. Dê-se ciência.

Arraial do Cabo, 18 de janeiro de 2022.

Marcelo Magno Félix dos Santos

Prefeito Municipal